



**UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA  
CENTRO DE EDUCAÇÃO  
CURSO DE LICENCIATURA EM PEDAGOGIA A DISTÂNCIA**

**JOELMA BARBOSA DE SOUSA PONTES**

**A PRÁTICA DOCENTE NA PERSPECTIVA DA EDUCAÇÃO INCLUSIVA: um estudo  
sobre o caso da Escola Municipal de Ensino Fundamental José Targino Maranhão -  
Araruna/PB**

**ARARUNA-PB  
2019**

JOELMA BARBOSA DE SOUSA PONTES

A PRÁTICA DOCENTE NA PERSPECTIVA DA EDUCAÇÃO INCLUSIVA: um estudo  
sobre o caso da Escola Municipal de Ensino Fundamental José Targino Maranhão -  
Araruna/PB

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à  
Coordenação do Curso de Licenciatura em Pedagogia na  
Modalidade a Distância, do Centro de Educação da  
Universidade Federal da Paraíba, como requisito  
institucional para obtenção do título de Licenciada em  
Pedagogia.

Orientador: Prof. Dr. Marcos Angelus Miranda de  
Alcantara.

ARARUNA – PB  
2019

**Catálogo na publicação**  
**Seção de Catalogação e Classificação**

P814p Pontes, Joelma Barbosa de Sousa.

A PRÁTICA DOCENTE NA PERSPECTIVA DA EDUCAÇÃO INCLUSIVA:  
um estudo sobre o caso de uma Escola Municipal de  
Ensino Fundamental José Targino Maranhão - Araruna/PB /  
Joelma Barbosa de Sousa Pontes. - João Pessoa, 2019.  
51 f.

Orientação: Marcos Angelus Miranda de Alcantara.  
Monografia (Graduação) - UFPB/CE/BS.

1. Educação Inclusiva. Pessoa com Deficiência. Pratic.  
I. Alcantara, Marcos Angelus Miranda de. II. Título.

UFPB/BC

**A PRÁTICA DOCENTE NA PERSPECTIVA DA EDUCAÇÃO INCLUSIVA: um estudo sobre o caso da Escola Municipal de Ensino Fundamental José Targino Maranhão - Araruna/PB**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à Coordenação do Curso de Licenciatura Plena em Pedagogia na Modalidade a Distância, do Centro de Educação da Universidade Federal da Paraíba, como requisito institucional para obtenção do título de Licenciada em Pedagogia.

**Aprovada em: 10/06/2019**

**BANCA EXAMINADORA**



Prof. Dr. Marco Angelus Miranda de Alcantara - DHP/CE/UFPB  
Orientador



Prof. Dra. Thamyris Mariana Camarote Mandu - DHP/CE/UFPB  
Examinadora



Prof. Tut. Ma. Carlene da Penha Santos - EAD/CE/UFPB  
Examinadora

## **DEDICATÓRIA**

Aos meus amados filhos, Fernanda Barbosa de Pontes e Jorge Fernando Barbosa de Pontes  
pela paciência, compreensão e principalmente apoio, colaboração e generosidade.

## **AGRADECIMENTOS**

Agradeço primeiramente a Deus pela oportunidade desta graduação e por sempre me conceder saúde no exercício das minhas atividades acadêmicas.

Aos meus pais que são minha fonte de energia na busca de dias melhores.

Aos meus irmãos que me incentivam e estimulam a persistir.

Ao esposo/companheiro que sempre me deu forças e ânimos para impulsionar meus desejos.

Aos meus amados filhos que me enchem de alegria e me entusiasmam no cuidar e educar.

Aos meus colegas, em especial, a Gilvanilson, Edilson, Patrícia Ivânia e Verônica que estiveram sempre me estimulando a crescer.

Ao professor orientador deste trabalho que me deu às coordenadas necessárias para a finalização desse Trabalho de Conclusão de Curso.

À equipe da Escola José Targino Maranhão que me recebeu de braços abertos.

Agradeço ainda a todos os envolvidos com UFPB que ajuda direta e/ou indiretamente para o sucesso acadêmico dessa instituição.

## RESUMO

O objeto deste estudo incide na prática docente, a partir da perspectiva da Educação Inclusiva. Deste modo, formulamos o seguinte problema: como a prática docente tem contribuído para a inclusão de pessoas com deficiência na Escola Municipal de Ensino Fundamental José Targino Maranhão? Assim sendo, o objetivo principal deste trabalho é analisar como se dá a Educação Inclusiva na prática docente na Escola Municipal de Ensino Fundamental José Targino Maranhão, no município de Araruna-PB. Procuramos verificar de que modo os professores da instituição estão habilitados para atender a demanda escolar de pessoas com deficiência; analisar as concepções sobre a Educação Inclusiva na prática docente na Escola Municipal de Ensino Fundamental José Targino Maranhão; e, por fim, caracterizar a implementação da Educação Inclusiva nessa escola, com base na Lei Brasileira de Inclusão nº 13.146/2015 como forma de assegurar os direitos da pessoa com deficiência. Partindo desse princípio, nos questionamos se esses direitos vêm sendo empregados, respeitados e garantidos na prática escolar cotidiana. Com essa finalidade foi realizado um estudo qualitativo a partir de uma observação de campo. Os docentes da instituição foram sondados por meio de um questionário com perguntas abertas e fechadas, objetivando identificar a prática docente na perspectiva inclusiva. Observou-se que em meio às dificuldades enfrentadas pelos docentes, a instituição escolar busca promover a inclusão, dentro de suas possibilidades. A insuficiência da formação/capacitação dos professores, na perspectiva da Educação Inclusiva, traz à luz uma necessidade de políticas educacionais mais efetivas para esse campo.

**Palavras-chave:** Educação Inclusiva. Pessoa com Deficiência. Prática Docente.

## ABSTRACT

The object of this study focuses on the teaching practice, from the perspective of Inclusive Education. Thus, we formulate the following problem: how has teaching practice contributed to the inclusion of people with disabilities in the Municipal School of Primary Education José Targino Maranhão? Therefore, the main objective of this work is to analyze how Inclusive Education is given in the teaching practice at José Targino Maranhão Municipal School of Education, in the municipality of Araruna-PB. We try to verify how the teachers of the institution are qualified to attend the school demand of people with disabilities; to analyze the conceptions about Inclusive Education in the teaching practice at the Municipal School of Primary Education José Targino Maranhão; and, finally, to characterize the implementation of Inclusive Education in this school, based on the Brazilian Inclusion Law 13,146 / 2015 as a way of guaranteeing the rights of the disabled person. Based on this principle, we question whether these rights are being used, respected and guaranteed in everyday school practice. For this purpose a qualitative study was carried out from a field observation. The teachers of the institution were probed through a questionnaire with open and closed questions, aiming to identify the teaching practice from an inclusive perspective. It was observed that in the midst of the difficulties faced by teachers, the school institution seeks to promote inclusion, within its possibilities. The insufficiency of teacher training, in the perspective of Inclusive Education, brings to light a need for more effective educational policies in this field.

**Keywords:** Inclusive Education. Disabled Person. Teaching Practice.

## SUMÁRIO

<b>1 INTRODUÇÃO .....</b>	<b>10</b>
1.1 A EDUCAÇÃO INCLUSIVA: DELIMITAÇÃO DO OBJETO DE ESTUDO, DO PROBLEMA E DOS OBJETIVOS .....	10
1.2 A RELEVÂNCIA DO ESTUDO SOBRE A PRÁTICA DOCENTE NA EDUCAÇÃO INCLUSIVA: PESSOAL, SOCIAL E ACADÊMICA .....	13
1.3 ORGANIZAÇÃO DO TRABALHO.....	18
<b>2 CONSIDERAÇÕES TEÓRICO-METODOLÓGICAS SOBRE O ESTUDO ACERCA DA PRÁTICA DOCENTE NA PERSPECTIVA DA EDUCAÇÃO INCLUSIVA .....</b>	<b>19</b>
2.1 REFLEXÃO SOBRE A PRÁTICA DOCENTE.....	19
2.2 EDUCAÇÃO INCLUSIVA E EDUCAÇÃO ESPECIAL .....	24
2.3 CARACTERIZAÇÃO DO TRABALHO.....	28
2.3.1 Os docentes da Escola José Targino Maranhão como sujeitos do estudo .....	29
2.3.2 Os instrumentos e procedimentos para coleta de dados.....	30
<b>3 PRÁTICAS INCLUSIVAS DOS DOCENTES NA ESCOLA JOSÉ TARGINO MARANHÃO.....</b>	<b>31</b>
3.1 A ESCOLA MUNICIPAL JOSÉ TARGINO MARANHÃO COMO LÓCUS DO ESTUDO.....	31
3.2 O PENSAR DOS PROFESSORES SOBRE A RELAÇÃO ENTRE EDUCAÇÃO INCLUSIVA E SUAS PRÓPRIAS PRÁTICAS .....	33
3.3 O AGIR DOS PROFESSORES SOB O OLHAR DA EDUCAÇÃO INCLUSIVA.....	44
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>	<b>47</b>
<b>REFERÊNCIAS .....</b>	<b>49</b>
<b>APÊNDICE .....</b>	<b>51</b>
APÊNDICE I – TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO .....	51
APÊNDICE II – QUESTIONÁRIO PARA OS PROFESSORES .....	52

## 1 INTRODUÇÃO

A educação é um direito de todos e dever do Estado e da família. Assim começa o art. 205 da Constituição Federal de 1988. Este princípio fundamenta a trajetória de lutas pelo direito à educação das pessoas com deficiência e ganha mais força em 2015, com a Lei Brasileira de Inclusão<sup>1</sup>. Como temática em discussão neste trabalho, a Educação Inclusiva é abordada como uma perspectiva político-pedagógica que deve orientar as práticas educativas que expressem esse direito fundamentado constitucionalmente. Ao discutir esse contexto mais amplo, este capítulo introduz o objeto em estudo, formula a questão/problema, apresenta o objetivo geral e também os específicos. Na sequência discorre sobre a relevância pessoal, social e acadêmica do estudo sobre a prática docente inclusiva. Em consequente são apresentados as considerações teórico-metodológicas acerca do problema. Elas abarcam as reflexões a respeito da Educação Especial e da Educação Inclusiva, caracterização do campo de pesquisa, os instrumentos e procedimentos utilizados na coleta de dados. Finalmente, anuncia as práticas inclusivas dos docentes no pensar e agir dos sujeitos da pesquisa, encerrando o presente trabalho com as considerações finais.

### 1.1 A EDUCAÇÃO INCLUSIVA: DELIMITAÇÃO DO OBJETO DE ESTUDO, DO PROBLEMA E DOS OBJETIVOS

A Educação Inclusiva tem como marco os anos 1990, com a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDBEN nº 9.394/1996, com destaque ao Capítulo V sobre a Educação Especial na garantia do acesso, do atendimento às necessidades e permanência da pessoa com deficiência na escola. Há também direitos sociais previstos nos artigos 205, 206 e 208. Este último dispõe sobre a oferta de Atendimento Educacional Especializado – AEE, preferencialmente na rede pública do sistema educacional brasileiro.

No âmbito internacional, as ações inclusivas podem ser observadas entre as décadas de 1970 e 1980, impulsionadas por setores organizados da sociedade (Organizações Não-Governamentais – ONG's, associações, pesquisadores da área) na luta pela inclusão social das pessoas com deficiência, fortalecendo a categoria em diversos países. Nesse sentido,

a inclusão social tem se consagrado no mundo ocidental, especialmente a partir da década de 1980, como lema impulsionador de importantes movimentos sociais e ações políticas. Na Europa e nos Estados Unidos da

---

<sup>1</sup> Lei n. 13.146/2015, também denominada como Estatuto da Pessoa com Deficiência.

América, já nos anos 1970, a inclusão social das pessoas com deficiência figurava entre os direitos sociais básicos expressos em importantes documentos legais e normativos. Gradativamente as sociedades democráticas vêm divulgando, discutindo e defendendo a inclusão como direito de todos em relação aos diversos espaços sociais (MAZZOTA; D'ANTINO, 2011, p. 378).

Assim, os avanços produzidos pela democratização da sociedade apontam a emergência da construção de espaços sociais menos excludentes e de convívio, respeito à diversidade humana social. Nesse sentido, há adoção de medidas para garantir que a inclusão social deixe “[...] de ser uma preocupação a ser dividida entre governantes, especialistas e um grupo delimitado de cidadãos com alguma diferença e passa a ser uma questão fundamental da sociedade” (PAULON; FREITAS; PINHO, 2005, p.7).

Um dos princípios da Educação Inclusiva, como direito humano, fomenta que o ensino deve ocorrer em ambientes que desenvolvam propostas pedagógicas que assegurem acessibilidade desde o ingresso a permanência de todos discentes, com ou sem deficiência, no sistema educacional.

É indispensável apreciar com atenção a trajetória da Educação Inclusiva na história. Deste modo, aqui mencionamos aspectos legais e históricos da pessoa com deficiência, as diferenças entre a Educação Inclusiva e a Educação Especial como importantes conquistas na garantia do ingresso e permanência da pessoa com deficiência as etapas e modalidades de ensino da educação brasileira.

No século XIX, é evidenciado no Brasil Imperial (1822-1889), que a conjuntura da sociedade era composta pela nobreza que era a elite, camponeses e os escravocratas. Era uma sociedade com limitada participação política, insuficiente e desfavorável à assimilação das diferenças, especialmente se tratando das pessoas com deficiência. Numa modesta preocupação no atendimento a elas, foi criando estabelecimentos de apoio para determinadas situações.

Em relação às primeiras ações e iniciativas de atendimento à pessoa com deficiência, as instituições eram voltadas para o acolhimento de alienados (1841), cegos (1854) e surdos (1856), respectivamente, e na sequência foram surgindo ações referentes às políticas públicas na educação inclusiva. Desse modo,

[...] as primeiras ações e instituições voltadas para as pessoas com deficiência: o Imperial Instituto dos Meninos Cegos (hoje Instituto Benjamin Constant), o Imperial Instituto dos Surdos-Mudos (atual Instituto Nacional de Educação de Surdos), as Sociedades Pestalozzi, as Associações de Pais e Amigos dos Excepcionais (Apaes), além de centros de reabilitação, tais como a Associação Brasileira Beneficente de

Reabilitação (ABBR) e a Associação de Assistência à Criança Deficiente (AACD) (LANNA JUNIOR, 2010, p. 11).

Segundo Lanna Júnior (2010), algumas campanhas surgiram na década de 50, motivadas em função da Educação Inclusiva, tais como: a Campanha Nacional de Educação do Surdo Brasileiro – CESB, (1957); a Campanha Nacional de Educação dos Cegos – CNEC, (1960); e a Campanha Nacional de Educação e Reabilitação de Deficientes Mentais – Cademe, (1960), sendo que todas foram finalizadas em 1964. Embora não duradouras, as referidas campanhas contribuíram com o debate sobre a Educação Inclusiva no Brasil, deixaram seu legado da educação capaz de atingir o povo, num tempo em que o ensino era privilégio de alguns poucos exclusivos. Estes empreendimentos reforçaram a história da Educação Especial.

Em relação às políticas públicas na Educação Inclusiva que visam promover uma educação de qualidade para todos, observando os interesses, progressos e retrocessos, na agenda do governo e os direcionamentos estendidos à Educação Básica. Tais políticas garantem atender as necessidades dos discentes com deficiência na escola regular, valorizando suas habilidades e na busca por uma educação de respeito às diferenças. Nesta ótica é importante destacar a Declaração de Salamanca (UNESCO, 1994) como uma importante referência na luta em defesa da escola inclusiva, numa proposta pedagógica entorno do respeito ao indivíduo nas suas dificuldades e potencialidades, quanto à necessidade de adaptações físicas e a promoção de formação docente para inclusão.

Vale destacar, com base em Silva (2006, p. 8) que:

É interessante ressaltar que a terminologia alunos com necessidades educacionais especiais tem o intuito de deslocar o foco de atenção do aluno com necessidades educacionais especiais para as respostas educativas da escola, com o firme propósito de promover uma educação de qualidade para todos. Considera-se que a Educação Inclusiva é um dos caminhos possíveis para que países marcados por desigualdades sociais enfrentem problemas de exclusão social e educacional, por meio das mudanças sugeridas a partir da inclusão de alunos com necessidades educacionais especiais no sistema regular de ensino.

Seguindo um breve itinerário cronológico, os movimentos para a inclusão na educação de pessoas com deficiência vêm acontecer no Brasil tardiamente, somente no século XX. Nessa direção, “[...] surgiram a Pestalozzi do Brasil no Rio Janeiro em 1945, a Pestalozzi de Niterói em 1948, ambas com o apoio e colaboração de Helena Antipoff. Seguindo essa tendência, em 1954, também no Rio de Janeiro, a primeira Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais – APAE” (KASSAR, 2011, p. 67).

Considerando que a temática da Educação Inclusiva se insere em estudos sobre a luta pela democratização da sociedade brasileira em favor da pessoa com deficiência, como referem Mazzota e D'Antino (2011), além de Paulon, Freitas e Pinho (2005); considerando também o percurso histórico da Educação Inclusiva no Brasil, trazido por Lanna Júnior (2010); até as ações mais efetivas de Educação Inclusiva no Século XX, citadas por Kassir (2011), que delimitamos nosso objeto de estudo e formulamos a problemática.

Assim sendo, o objeto deste estudo consistiu na prática docente, a partir da perspectiva da Educação Inclusiva, na Escola Municipal de Ensino Fundamental José Targino Maranhão. Mediante essa delimitação, formulamos a seguinte questão/problema: como a prática docente tem contribuído para a inclusão de pessoas com deficiências na Escola Municipal José Targino Maranhão?

Portanto, o objetivo central deste trabalho é analisar as concepções sobre a Educação Inclusiva na prática docente na Escola Municipal de Ensino Fundamental José Targino Maranhão. Além disso, procuramos verificar como os professores da instituição estão habilitados para atender à demanda escolar de pessoas com deficiência; identificar as principais dificuldades e estratégias de enfrentamento relatadas pelos docentes; por fim, caracterizar a implementação da Educação Inclusiva na escola citada anteriormente.

## 1.2 A RELEVÂNCIA DO ESTUDO SOBRE A PRÁTICA DOCENTE NA EDUCAÇÃO INCLUSIVA: PESSOAL, SOCIAL E ACADÊMICA

O interesse por esta temática surgiu a partir de consultas realizadas à literatura, observações locais e empíricas que levaram a questionamentos acerca da implementação da Lei 13.146/15, assim como, a execução dos direitos e garantias intrínsecas às pessoas com deficiência. Apresento aqui meu interesse pela temática geral da Educação Inclusiva, bem como justifico a formulação do objeto de estudo do presente trabalho, que são as concepções sobre a Educação Inclusiva na prática docente na Escola Municipal de Ensino Fundamental José Targino Maranhão, que se justifica pela relevância do tema no contexto da efetivação das políticas inclusivas frente ao despreparo do corpo docente sobre as particularidades das deficiências.

Cabe ressaltar que a política de formação docente voltada à inclusão dos discentes com deficiência é preconizada desde a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDBEN nº 9.994/96, a qual discorre que aos sistemas de ensino compete assegurar o corpo docente capacitado para oferecer uma educação de qualidade com currículos, métodos,

técnicas, recursos educativos e organizações específicos que atendam aos discentes com deficiência.

Neste sentido, as escolas devem funcionar como

[...] instituições abertas incondicionalmente a todos os alunos e, portanto, inclusivas. Ambientes humanos de convivência e de aprendizado são plurais pela própria natureza e, por isso, a educação escolar não pode ser pensada nem realizada senão a partir da ideia de uma formação integral do aluno – segundo suas capacidades e seus talentos – e de um ensino participativo, solidário, acolhedor (MANTOAN, 2015, p. 16).

Ou seja, espaços preparados para incluir a todos, na promoção da acessibilidade (arquitetônica, pedagógica, comunicacional), no processo de ensino e aprendizagem, a garantia de uma educação de qualidade através da efetivação das políticas inclusivas nas agendas governamentais. Desse modo a escola aberta a todos supera a segregação, a discriminação e assume o compromisso com a identificação e a eliminação de diversas barreiras à inclusão.

Considerando os subsídios retidos em relação ao papel da escola diante da sociedade, notou-se que é necessário aprender com os equívocos, frisando que o fato de a Educação Inclusiva ter se tornado um direito garantido por lei, não significa que esteja sendo aplicada da forma correta, nem que os professores estejam capacitados para o modelo de educação que se pretende.

Dáí a importância da temática e do objeto enunciado, por possibilitarem a observação frente a inquietações acerca da trajetória do acesso e permanência da pessoa com deficiência a escola. Dessa forma, a relevância do estudo destaca a importância de investigar junto aos docentes o exercício didático dos mesmos na inclusão dos discentes com deficiência na Escola Municipal de Ensino Fundamental José Targino Maranhão. O trabalho passou a existir a partir do interesse pessoal nos componentes curriculares Educação Inclusiva e Língua Brasileiras de Sinais – LIBRAS, que nos levou a refletir e comparar situações práticas, vivenciadas na Disciplina Estágio Supervisionado em Educação Especial, surgindo assim, à necessidade de realizar estudos bibliográficos e de literaturas, acerca do preparo dos docentes na perspectiva inclusiva.

Toda pessoa com deficiência tem direito a participar da sociedade e ter acesso a educação como qualquer outro cidadão. O respectivo estudo pretende refletir, por meio do levantamento de dados, a prática pedagógica dos docentes que possuem em sua turma discentes com deficiência. Ao analisar os dados obtidos dialogar com teóricos da Educação

Inclusiva e as políticas que amparam este grupo social, à luz da Lei Brasileira de Inclusão – LBI nº 13.146/15, também denominado de Estatuto da Pessoa com Deficiência.

Para evidenciarmos a relevância de nosso estudo, é indispensável também destacar documentos nacionais como a Constituição Federal de 1988, onde em seu Art. 3º, inciso IV, prevê considerações a respeito do direito de todos sem distinção, e tem como objetivo fundamental “promover o bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação”.

A referida Constituição interdita qualquer discriminação ou conceito pré-concebido, seja ele de idade, etnia, raça, cor, entre outros. Essa mesma Lei, em seus artigos 205, 206, 208, 214 e 242, respectivamente, explicam que a educação é um direito de todos; esclarece a igualdade de condições; garante que é dever do Estado o atendimento educacional especializado (AEE); situa o Plano Nacional de Educação para determinar diretrizes, objetivos, metas e estratégias de implementação. E o último trata da regulação e indica gerenciamento da educação superior.

Nesse sentido, o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), sancionado no dia 13 de Julho de 1990, nas suas disposições preliminares considera criança, a pessoa com até doze anos de idade incompleto, e adolescentes, entre doze e dezoito anos de idade incompletos. Esse estatuto dispõe:

A criança e o adolescente gozam de todos os direitos fundamentais inerentes à pessoa humana, sem prejuízo da proteção integral de que trata esta Lei, assegurando-lhes, por lei ou por outros meios, todas as oportunidades e facilidades, a fim de lhes facultar o desenvolvimento físico, mental, moral, espiritual e social, em condições de liberdade e de dignidade (BRASIL, 1990, p.11).

Elegendo ainda os deveres com as crianças e adolescentes em seu art. 4º, afirma:

É dever da família, da comunidade, da sociedade em geral e do poder público assegurar, com absoluta prioridade, a efetivação dos direitos referentes à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao esporte, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária (BRASIL, 1990, p.11).

No mesmo espírito do ECA (Estatuto da Criança e do Adolescente) e no mesmo contexto, a história prosseguiu a passos largos e as leis em relação à pessoa com deficiência e a inclusão escolar ganham proporções internacionais, Mazzota e D’antino (2011, p. 380) detalham que,

a inclusão escolar figurou como tema de conferências internacionais, tais como a Conferência Mundial de Educação para Todos, realizada em 1990 em Jomtien (Tailândia), e a Conferência Mundial sobre Necessidades Educativas Especiais: Acesso e Qualidade, realizada em 1994 em Salamanca (Espanha) com a cooperação da UNESCO.

A Conferência Mundial de Educação para Todos (1990) conhecida como declaração de Jomtien, foi um marco na educação em todo o mundo, faz parte da história da Educação Especial Mundial e recomenda que cada ser humano deverá encontrar condições e oportunidades educacionais proporcionadas para atender suas necessidades fundamentais de aprendizagem, para que possam se desenvolver com dignidade.

Por sua vez, um dos documentos mundiais mais importantes já publicados na área que visa à inclusão social, a Declaração de Salamanca (1994, p. 1), afirma: “[...] aqueles com necessidades educacionais especiais devem ter acesso à escola regular, que deveria acomodá-los dentro de uma Pedagogia centrada na criança, capaz de satisfazer a tais necessidades”. Vale ressaltar que embora a Declaração de Salamanca não seja um documento que integre diretamente o ordenamento jurídico brasileiro, trata-se de uma convenção internacional, da qual o Brasil é um dos países signatários.

Autores como Paulon, Freitas e Pinto (2005), endossam que se deve desenvolver uma pedagogia centralizada na relação com a criança, adequada para educar com êxito a todos, atendendo às exigências de cada um, considerando as diferenças e particularidades existentes entre elas.

Ela é a consequência de uma convergência mundial que concretizou a Educação Inclusiva, sua procedência foi atribuída aos movimentos de direitos humanos e de desinstitucionalização manicomial, que surgiram a partir das décadas de sessenta.

Os importantes avanços produzidos pela democratização da sociedade, em muito alavancada pelos movimentos de direitos humanos, apontam a emergência da construção de espaços sociais menos excludentes e de alternativas para o convívio na diversidade (PAULON; FREITAS; PINHO, 2005, p.7).

Outro indispensável dispositivo que evidencia a relevância deste estudo sobre a Educação Inclusiva é a Lei Brasileira da Inclusão, também conhecida como EPD - Estatuto da Pessoa com Deficiência, nº 13.146/15 que foi sancionada no dia 06 de Julho de 2015. Nela se afirma que “é dever do Estado, da família, da comunidade escolar e da sociedade assegurar educação de qualidade à pessoa com deficiência”. Também relacionando, no capítulo IV, art. 27 da mesma, é assegurado o direito à educação da pessoa com deficiência:

A educação constitui direito da pessoa com deficiência, assegurados sistema educacional inclusivo em todos os níveis e aprendizado ao longo de toda a vida, de forma a alcançar o máximo desenvolvimento possível de seus talentos e habilidades físicas, sensoriais, intelectuais e sociais, segundo suas características, interesses e necessidades de aprendizagem (BRASIL, 2015, p. 8).

É importante também ressaltar que a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) define e regulariza a organização da educação brasileira com base nos princípios presentes na Constituição. Tal dispositivo designa as instituições de atendimento aos discentes, considerando o desenvolvimento e os conhecimentos culturais básicos. Isto significa que novas concepções de cidadão e educação vêm sendo forjadas para atender às suas necessidades e respeitar os seus direitos, preparando-os para o exercício da cidadania.

Ainda que lentamente avançamos nas transformações da história mundial da educação especial, diante dos impasses no cotidiano escolar exige um constante repensar das práticas pedagógicas e análise de alguns aspectos do contexto atual da inclusão no nosso país. Para que continue sendo escrita com êxito por aqueles que visam o direito e igualdade da pessoa com deficiência na qualidade de cidadão de direitos, para que não seja uma utopia a educação inclusiva, ocasionando a construção de uma escola que salvaguarda o atendimento à diversidade humana.

Atualmente, mais que a organização de políticas públicas, desde a Constituição de 1988, passando pela Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (2018), a Lei Brasileira de Inclusão (2015), etc., é o momento de exercitá-las, para a ascensão e participação ativa de todos os seres humanos, principalmente dos excluídos dos mais variados espaços sociais.

### 1.3 ORGANIZAÇÃO DO TRABALHO

Até aqui falamos de modo geral a respeito da Educação Inclusiva, tendo em vista a necessidade de delimitar o objeto de estudo, formular a questão/problema e estabelecer os objetivos. Feito isto, centramos atenção em justificar a relevância deste trabalho, tanto do ponto de vista pessoal, inserindo meu percurso formativo, quanto nos aspectos sociais. Neste caso, recorreremos a discussões presentes no âmbito político e jurídico para afirmarmos a relevância do estudo, como é o caso de dispositivos como o Estatuto da Criança e do Adolescente (1990), a Declaração de Salamanca (1994), a Lei de Diretrizes e Bases da Educação (1996) e a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (2015).

No segundo capítulo, são apresentadas as considerações teórico-metodológicas do estudo sobre a prática docente na perspectiva da Educação Inclusiva. Nesse sentido, o estudo é caracterizado com base na pesquisa qualitativa. A atividade é caracterizada como exploratória e de campo, na intenção de obter resultados a partir da coleta de dados, via questionários. Podemos dizer que o mesmo trata-se de um trabalho empírico, mas amparado no referencial teórico e metodológico de uma pesquisa. Por fim, apresento o local de estudo, nomeando os participantes e metodologia usada para a coleta de dados e análise.

No terceiro capítulo, apresentamos os resultados obtidos após discussão e análise dos registros. Buscamos dialogar com os teóricos e com a legislação, relacionando-os com a realidade vivenciada na Escola Municipal de Ensino Fundamental José Targino Maranhão. Considerando a relevância da implementação da Lei Brasileira de Inclusão nas práticas docentes das instituições escolares de todo país, mesmo nosso estudo considerando o contexto do município de Araruna/PB.

Nas considerações finais trazemos dados sobre a inclusão e as questões de diversidade que estão intimamente ligadas ao contexto educacional. Em linhas gerais, podemos sinalizar que a escola sugere a igualdade, baseada nas reflexões e analisando o paradigma da inclusão, levando em conta as transformações que têm sido observadas no ensino, valorizando os avanços da educação inclusiva.

## **2 CONSIDERAÇÕES TEÓRICO-METODOLÓGICAS SOBRE O ESTUDO ACERCA DA PRÁTICA DOCENTE NA PERSPECTIVA DA EDUCAÇÃO INCLUSIVA**

Este capítulo traz uma reflexão sobre a prática docente, bem como, a distinção entre Educação Inclusiva e Educação Especial, visto ainda, existir nas práticas educacionais formais muitas incertezas em relação ao aluno com deficiência. A caracterização do trabalho que traz os docentes da Escola Municipal de Ensino Fundamental José Targino Maranhão como sujeitos do estudo e os instrumentos e procedimentos para coleta de dados.

### **2.1 REFLEXÃO SOBRE A PRÁTICA DOCENTE**

As constantes modificações ocorridas na sociedade moderna como o avanço da ciência e da tecnologia, a globalização das informações, a valorização da economia e as alterações nas políticas sociais, entre outros aspectos, incidem diretamente no contexto escolar. Esse contexto influencia as concepções adotadas pela escola, no papel dos professores, na metodologia, no currículo e no que se refere ao papel do aluno em sala de aula. Há exigências no sentido de que adotem diferentes posturas e modifiquem suas atitudes em relação à forma de aprender.

A reestruturação das competências desenvolvidas na formação pedagógica é necessária para que o professor se torne um profissional efetivo, nos contextos culturais contemporâneos. Nesse sentido,

por vivermos num contexto de profundas transformações culturais, epistemológicas, ideológicas, sociais e profissionais, estruturante de revoluções nos diversos campos de conhecimento, de informação e de tecnologia, porém, responsável por educar as novas gerações, a preocupação com os processos formais e não formais pelos quais os professores aprendem a ensinar continuam sendo relevantes (VAGULA, 2015, p. 20).

Nesse sentido, percebemos que o cenário social, político, econômico e tecnológico apresenta desafios e indagações no que diz respeito à prática pedagógica. Neste processo de transformações diversas, percebe-se que acontecem alterações significativas que culminam em uma análise parcial do homem, resultando na maneira com que o mesmo possa compreender o contexto do seu trabalho. Em suma, dando-lhes características

comuns e padronizadas imputadas pela sociedade, embora a nossa cultura ainda padeça com a influência de um ensino não politizado e descontextualizado.

Refletindo sobre a prática pedagógica, constatamos que do educador são exigidas novas formas de direcionar sua prática, pois, sendo o ofício de professor uma prática educativa, é uma forma de interferir no fato social, no caso mediante a educação. Sendo o ensino um exercício social, entrelaçado com teoria e prática, é responsabilidade não somente dos docentes, sua ação necessita estar apoiada em políticas públicas, em condições necessárias, em uma gestão e coordenação pedagógica que também cumpram com suas responsabilidades. Nessa perspectiva,

percebemos assim que a “ação transformadora da realidade”, a práxis, é fundamental e de extrema importância para a Educação, mas só é possível com a união da teoria e prática, relação esta que possua intencionalidades e objetivos condizentes ao que se quer atingir. A teoria serve para orientar a prática, visto que a prática também está imersa na teoria e ambas se completam, se relacionam (SANTOS, 2015, p.144).

Assim, os conhecimentos teóricos se articulam aos saberes da prática ao mesmo tempo, resignificando-os, e, conseqüentemente, sendo resignificados. Essa prática não pode acontecer de maneira desconexa, considerando a necessidade de um fio condutor que produza os sentidos e especificando os significados ao longo da vida do professor. São necessários os nexos entre a formação inicial, a continuada e as experiências vividas. Para Santos (2015, p. 147), “a prática docente envolve aspectos específicos da sua natureza, como o ensinar, o aprender, as avaliações, o sujeito que aprende e o conhecimento”.

Por meio desta afirmação, o educador é aquele que, tendo obtido o nível de cultura indispensável para a atuação de sua atividade, orienta o ensino e aprendizagem. Assim, Thomzi e Asinelli (2009, p. 188) afirmam que “[...] podemos pensar que certa competência favorece a autonomia do professor em relação ao planejamento, em relação à supervisão ou às outras imposições da instituição escolar”.

Nesse contexto, a LDB (1996, p. 42) atesta que:

Os sistemas de ensino assegurarão aos educandos com necessidades especiais: [...] III - professores com especialização adequada em nível médio ou superior, para atendimento especializado, bem como professores do ensino regular capacitados para a integração desses educandos nas classes comuns.

Assim, a prática e a teoria quando realmente são conscientes, dando lugar a uma eficaz práxis, são imprescindíveis elementos que possam assegurar a aprendizagem do aluno e que o professor tenha propriedade sobre o conteúdo sistematizado que vai mediar.

Ele precisa saber qual a melhor estratégia pedagógica que deve utilizar para contribuir nesse processo de construção e apropriação do conhecimento em determinada turma. Deste modo, Santos (2015, p.145) afirma que “é necessário que o professor pense em qual será a melhor maneira, a melhor estratégia metodológica e pedagógica para que seu aluno aprenda os conhecimentos que a humanidade desenvolveu e produziu na sociedade”.

A trajetória peculiar que assumiu o curso de Pedagogia no Brasil, principalmente, a de superar a dicotomia que desvincula teoria e prática, pensar e fazer, conteúdo e forma na área do conhecimento e da prática educacional, indica que os contextos de oferta do mesmo, instituem concomitantemente condições para a formação de um docente pesquisador. O perfil desse docente impõe que ele reflita sobre sua prática, entenda que a questão central da Pedagogia é perceber os processos e os métodos de aprendizagem e desenvolvimento de seus alunos. Nesse sentido, o fomento à autonomia indispensável para que esse profissional possa lidar com a realidade e dispor de saberes quando do seu fazer pedagógico. Segundo Vagula (2005, p. 24), “[...] a formação inicial de futuros professores deve ser constituída pela teoria e pela ação, em um contínuo processo de ação-reflexão-ação”.

Nessa direção, a prática docente deve estar centrada em torno da articulação entre teoria e prática, convergente quanto à necessidade de integração entre instituições como o Estado, as universidades e as agências contratantes de profissionais da Educação. As políticas públicas educacionais em nosso país envolvem uma relativa autonomia no exercício profissional. Nesse contexto, Vagula (2005, p. 21) afirma que:

a análise dos diferentes contextos preocupados com a formação de professores pode ser realizada tendo como pano de fundo a produção de pesquisas e de proposições teóricas, os documentos emitidos por órgãos responsáveis pela execução de políticas públicas, associados à análise de informações coletadas junto ao sistema escolar.

É notório que tanto os professores adquirem seu saber profissional em campo, na ação, por seus próprios meios, através de sua experiência, assim como que tais competências se constroem nos diversos espaços de aprendizagem que configuram a trajetória da vida cotidiana. O conhecimento profissional não se restringe ao conhecimento acadêmico, originado de estudos específicos, sistematicamente organizados e de conteúdos didático-pedagógicos. Por conseguinte, os professores formadores têm sobre si a exigência da produção, da construção e da socialização de conhecimentos, de habilidades e de competências que permitam o desenvolvimento de saberes.

Na busca por essa capacidade, é mister que o professor modifique a escola num espaço de crescimento pessoal e profissional para que possa desempenhar de modo pleno a sua prática pedagógica. É imprescindível que este exerça a função de mediador, uma vez que pode possibilitar condições de participação do aluno em sala de aula. Cabe a ele, promover a aprendizagem, encorajar, valorizar as tentativas e erros do aluno e incentivar a reflexão. É urgente o reconhecimento da importância do professor como mediador/facilitador. Nesse ínterim, Santos (2015, p. 150) deixa em exposição que:

precisamos pensar em como o aluno vai se apropriar desses conhecimentos produzidos e construídos historicamente pela sociedade. Assim, o professor também tem um papel fundamental na aprendizagem do aluno, que é mediar os conhecimentos/conteúdos.

O professor deve elaborar seu planejamento pensando quais estratégias de ensino será melhor empregar no trabalho com determinado conteúdo e quais metodologias didático-pedagógicas auxiliarão o aluno a aprender de maneira crítica. Na ocasião em que os detalhes diários são direcionados à sala de aula é aplicada maior responsabilidade aos educadores. Nesse contexto, Thomazi e Asinelli (2009, p. 190) asseguram que “no momento em que o planejamento passa aos detalhes do cotidiano e, sobretudo, quando ele é dirigido à sala de aula é possível atribuir maior peso aos aspectos individuais dos professores”. Nessa mesma ordem argumentativa, Santos (2015, p. 154) assevera que “[...] é necessário estudo, formação continuada e reflexões para o aperfeiçoamento do planejamento e posteriormente um processo de ensino e aprendizagem que desenvolva o senso crítico, a cientificidade e possa ser capaz de produzir prática social”.

Uma escola bem estruturada abre espaço para reflexão e troca de experiências sobre o planejamento propriamente dito das atividades a serem desenvolvidas. Isso compreende o conteúdo, a metodologia e o sistema de avaliação. Em algumas dessas atividades, os professores têm ainda a oportunidade de alguns encontros exclusivos para estudos de textos teóricos que servem de suporte à prática pedagógica, e, ao próprio planejamento.

Tomando como base os estudos de Thomazi e Asinelli (2009, p. 192): “[...] os diversos atores presentes na atividade de planejamento e de elaboração do currículo, procuramos compreender essa prática sob a luz da teoria da construção social da realidade [...]”. Percebe-se, dessa forma, que a prática docente necessita ser problematizada, pois, está atrelada a um contexto propício para a proliferação de concepções que vão sendo construídas e modificadas com o passar dos tempos, idealizadas em nossas relações sociais do dia a dia.

Vale lembrarmos outro problema que interfere no processo educacional, considerando as limitações na formação inicial aligeirada e frágil, tanto na teoria, quanto na prática. Os profissionais devem concentrar-se nesses debates para que pedagogicamente não se influenciem no achismo condizente ou conveniente. Diante dos aspectos levantados, “[...] pensar na formação de professores significa hoje pensar em um continuum de formação inicial e contínua, no qual o processo de auto-formação é essencial” (Vagula, 2005, p. 32).

Percebe-se que os professores devem valorizar o planejamento, preocupando com a importância de adotar estratégias no processo de ensino e aprendizagem e que possam contribuir de maneira significativa para o desenvolvimento escolar do educando.

Aqui destacamos que o currículo é algo que deve ser exposto, percebendo também a importância da construção e a implantação do mesmo, que nada mais é que no trajeto educativo, um conjunto de experiências de aprendizagens realizadas sob o domínio de uma escola, faculdade, universidade ou instituição formal. Sendo o currículo uma instituição escolar ativa, ou seja, uma escola cumprindo e desempenhando o que lhe é própria dela.

Santos (2015, p.154) afirma que, “a escola e os professores devem, portanto, acompanhar esse movimento de modificações, estando atentos às alterações, repensando os planejamentos, as aulas, a postura docente, entre outros aspectos”. Diante disto, não podemos ficar expostos a suposições. É necessário que os educadores se concentrem nesses debates para estudar, refletir, pesquisar, e, em conjunto, decidir as práticas educativas da escola. O professor sempre deve recorrer também aos estudos, ou seja, à teoria e reflexões a partir da sua prática pedagógica.

Ainda de acordo com Santos (2015, p.148), “é necessário encontrar com todo o conselho escolar, diálogos e debates sobre como deve se constituir o currículo de determinada escola, o que é necessário que os alunos aprendam e conheçam”. Nessa configuração Thomazi e Asinelli (2009, p. 189) endossam que, “esse espaço de reflexão e socialização das experiências garante maior segurança ao professor que se sente mais à vontade e mais consciente de sua prática”. É evidente que professores comprometidos valorizam o planejamento, adotam estratégias no processo de ensino e aprendizagem que possam cooperar de maneira significativa para o desenvolvimento escolar do educando.

## 2.2 EDUCAÇÃO INCLUSIVA E EDUCAÇÃO ESPECIAL

O debate pedagógico sobre a distinção entre Educação Inclusiva<sup>2</sup> e Educação Especial chama atenção e contribui com a discussão levantada neste estudo. Nesse sentido, trazemos alguns autores que discutem a conceituação dessas terminologias, estabelecendo diferenças e pontos relevantes desses conceitos que vem sendo ampla e demasiadamente mal compreendidos, segundo a interpretação do senso comum.

A Educação Especial é definida, a partir da LDBEN 9394/96, como uma modalidade de educação escolar que permeia todas as etapas e níveis de ensino. Esta definição permite desvincular “educação especial” de “escola especial”. Permite também, tomar a educação especial como um recurso que beneficia a todos os educandos e que atravessa o trabalho do professor com toda a diversidade que constitui o seu grupo de alunos (PAULON; FREITAS; PINHO, 2005, p.19).

Pois, a Inclusão é uma prática social aplicada na labuta, no lazer, no ensino, na cultura, mas, especialmente, na atitude e no perceber das coisas, de si e do outro. Por essa via, Camargo (2017, p. 1) conceitua que “a Inclusão é um paradigma que se aplica aos mais variados espaços físicos e simbólicos. Os grupos de pessoas, nos contextos inclusivos, têm suas características idiossincráticas [...] tais grupos não são passivos, respondendo à sua mudança e agindo sobre ela”.

Partido desta afirmação sobre a inclusão, podemos entender que a Educação Inclusiva, não está somente pautada para o aluno com deficiência, funcionando como um modelo educacional para uma escola livre de preconceitos. Elucidando isso, a Declaração de Salamanca (1994, p. 5) ressalta que:

o princípio fundamental da escola inclusiva é o de que todas as crianças devem aprender juntas, sempre que possível, independentemente de quaisquer dificuldades ou diferenças que elas possam ter. Escolas inclusivas devem reconhecer e responder às necessidades diversas de seus alunos, acomodando ambos os estilos e ritmos de aprendizagem e assegurando uma educação de qualidade a todos através de um currículo apropriado, arranjos organizacionais, estratégias de ensino, uso de recurso e parceria com as comunidades. Na verdade, deveria existir uma continuidade de serviços e apoio proporcional ao contínuo de necessidades especiais encontradas dentro da escola.

---

<sup>2</sup> É a Educação Especial dentro da escola, com a finalidade de admitir a convivência e a integração social entre os alunos com deficiência e os demais, beneficiando a diversidade.

Nesse contexto, a Educação Especial atende a pessoas não só com deficiência. Assim, a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva, através da Portaria nº 948/2007, afirma que:

a educação especial é uma modalidade de ensino que perpassa todos os níveis, etapas e modalidades, realiza o atendimento educacional especializado, disponibiliza os serviços e recursos próprios desse atendimento e orienta os alunos e seus professores quanto a sua utilização nas turmas comuns do ensino regular (BRASIL, 2008, p.16).

Na área educativa, a identidade, a diferença e a diversidade são preocupações constantes, que precisam de mais profundidade. Há necessidade de mais aproximação com a realidade, de um entendimento sobre o que é comum e o que é específico entre os estudantes. Somente assim é possível sanar equívocos acerca do aluno com alguma deficiência. Essa mesma Portaria nº 948 aponta que

consideram-se alunos com deficiência àqueles que têm impedimentos de longo prazo, de natureza física, mental, intelectual ou sensorial, que em interação com diversas barreiras podem ter restringida sua participação plena e efetiva na escola e na sociedade (BRASIL, 2008, p.15).

Sendo assim, essa afirmação é reforçada pela Lei Brasileira de Inclusão, ou seja, o Estatuto da Pessoa com Deficiência, no artigo 2º conceitua que:

[...] pessoa com deficiência [é] aquela que tem impedimento de longo prazo de natureza física, mental, intelectual ou sensorial, o qual, em interação com uma ou mais barreiras, pode obstruir sua participação plena e efetiva na sociedade em igualdade de condições com as demais pessoas (BRASIL, 2015, p.1).

A pessoa com deficiência deve participar ativamente do convívio social com equidade em harmonia com os demais cidadãos. Nesse sentido, a Portaria nº 948 salienta as especificidades desses grupos:

os alunos com transtornos globais do desenvolvimento são aqueles que apresentam alterações qualitativas das interações sociais recíprocas e na comunicação, um repertório de interesses e atividades restrito, estereotipado e repetitivo. Incluem-se nesse grupo alunos com autismo, síndromes do espectro do autismo e psicose infantil. Alunos com altas habilidades/superdotação demonstram potencial elevado em qualquer uma das seguintes áreas, isoladas ou combinadas: intelectual, acadêmica, liderança, psicomotricidade e artes. Também apresentam elevada criatividade, grande envolvimento na aprendizagem e realização de tarefas em áreas de seu interesse. Dentre os transtornos funcionais específicos estão: dislexia, disortografia, disgrafia, discalculia, transtorno de atenção e hiperatividade, entre outros (BRASIL, 2008, p.15).

Em relação ao ensino, a Declaração de Salamanca fala sobre a estrutura de ação em Educação Especial e adverte que escolas regulares, com orientação inclusiva, constituem os elementos mais ativos de combater atitudes discriminatórias. Nessa linha de entendimento,

[...] escolas deveriam acomodar todas as crianças independentemente de suas condições físicas, intelectuais, sociais, emocionais, linguísticas ou outras. Aquelas deveriam incluir crianças deficientes e superdotadas, crianças de rua e que trabalham, crianças de origem remota ou de população nômade, crianças pertencentes a minorias linguísticas, étnicas ou culturais, e crianças de outros grupos desvantajados ou marginalizados. Tais condições geram uma variedade de diferentes desafios aos sistemas escolares (1994, p.10).

Compreendendo que ainda há muita ambiguidade em relação a quem são esses sujeitos, a exibição dos fragmentos supracitados elucida o conceito de alunos com deficiência, como também, esclarece seus impedimentos e transtornos de desenvolvimento.

Mediante os acontecimentos que marcaram a evolução e a condução das políticas públicas, com as novas leis que possibilitaram estabelecer igualdade de condições para o acesso e permanência na escola, adentramos num contexto de direitos às pessoas com deficiência. Mesmo que a lei garanta o cumprimento desse direito, “[...] para assegurar a igualdade de oportunidades educacionais é fundamental desenvolver paralelamente programas econômicos e sociais que abordem parte das causas que estão no contrato social” (BLANCO *et al.*, 2005, p.11).

Esse assunto vem tomando proporções cada vez maiores, sobretudo, no Ensino Fundamental, que é quando e onde as crianças têm seus primeiros contatos com a vida escolar. Se a pessoa com deficiência for mantida em classes especiais, segregada do convívio com seus pares, como foi sugerido de início, convivência que é necessária não só na escola como na vida, contradiz a Constituição (1998) que prioriza a equidade de condições de acessibilidade e constância na escola. Desse modo,

é comum responsabilizar a escola de ensino regular por não saber trabalhar com as diferenças e excluir seus alunos e a escola especial por se colocar de forma segregada e discriminatória. A implementação da educação inclusiva requer a superação desta dicotomia eliminando a distância entre o ensino regular e o especial, [...], enquanto uma proposta pedagógica que disponibiliza recursos, serviços e realiza o atendimento educacional especializado, na própria escola ou nas escolas especiais, que se transformam em centros especializados do sistema educacional, atuando como suporte ao processo de escolarização (PAULON; FREITAS; PINHO, 2005, p. 32 e 33).

Sendo uma modalidade de ensino que percorre todos os níveis, etapas e modalidades de ensino, efetiva o Atendimento Educacional Especializado (AEE), propício aos serviços e recursos próprios desse atendimento e originário aos discentes e seus docentes quanto ao uso nas turmas comuns do ensino regular. A Educação Especial atende às pessoas com deficiência. Sendo assim, a declaração de Salamanca (1994, p. 8-9), sugere que:

As crianças com necessidades especiais deveriam receber apoio instrucional adicional no contexto do currículo regular, e não de um currículo diferente. O princípio regulador deveria ser o de providenciar a mesma educação a todas as crianças, e também prover assistência adicional e apoio às crianças que assim o requeiram.

A Política Nacional de Educação Especial, na Perspectiva da Educação Inclusiva, proporciona aos alunos os meios para inseri-los em todas as instâncias sociais e assegurar os direitos básicos da pessoa com deficiência. Essa política,

[...] tem como objetivo assegurar a inclusão escolar de alunos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação, orientando os sistemas de ensino para garantir: acesso ao ensino regular, com participação, aprendizagem e continuidade nos níveis mais elevados do ensino; transversalidade da modalidade de educação especial desde a educação infantil até a educação superior; oferta do atendimento educacional especializado; formação de professores para o atendimento educacional especializado e demais profissionais da educação para a inclusão; participação da família e da comunidade; acessibilidade arquitetônica, nos transportes, nos mobiliários, nas comunicações e informação; e articulação intersetorial na implementação das políticas públicas. (BRASIL, 2008, p.14).

Assim, a tríade família, escola e Estado têm papel fundamental na educação da pessoa com deficiência. Isso inclui desde a etapa mais elementar da Educação Básica até o Ensino Superior. Nessa linha de entendimento é importante inserir as práticas docentes,

[...] a compreensão da inclusão como processo que não se restringe à relação professor-aluno, mas que seja concebido como um princípio de educação para todos e valorização das diferenças, que envolve toda a comunidade escolar (PAULON; FREITAS; PINHO, 2005, p.27).

Visto que, nos escritos de Paulon, Freitas e Pinto (2005, p. 9), dentre vários aspectos, há menção a “um pressuposto frequente nas políticas relativas à inclusão [que] supõe um processo sustentado unicamente pelo professor, no qual o trabalho do mesmo é concebido como o responsável pelo seu sucesso ou fracasso”. A Declaração de Salamanca

endossa que cada instituição escolar precisaria ser coletivamente responsabilizada pelo insucesso ou bom aproveitamento do aluno.

O grupo de educadores, ao invés de professores individualmente, deveria dividir a responsabilidade pela educação de crianças com necessidades especiais. Pais e voluntários deveriam ser convidados assumir participação ativa no trabalho da escola. Professores, no entanto, possuem um papel fundamental enquanto administradores do processo educacional, apoiando as crianças através do uso de recursos disponíveis, tanto dentro como fora da sala de aula (BRASIL, 1994, p.10).

Em práticas educacionais formais, ainda há muitas incertezas em relação a quem é o aluno com deficiência. Ratificamos que, são àqueles que têm dificuldades motora, psicológica, cognitiva, intelectual ou sensorial. Eles enfrentam vários obstáculos à sua participação total e efetiva na escola e na sociedade. Os transtornos globais do desenvolvimento são característicos nos alunos que demonstram modificações qualitativas das interações sociais e na informação, um repertório de interesses e atividades exclusivas, com padrões básicos e recorrentes.

### 2.3 CARACTERIZAÇÃO DO TRABALHO

Este estudo distinguiu-se por responder as inquietações e questionamentos que aperfeiçoem e reforcem a noção do que já é conhecido. Dessa forma, iniciou-se a observação e exploração de campo, com a finalidade de entender a rotina escolar com conhecimentos precedentes e pertinentes, referentes ao tema estudado.

A proposta baseia-se na abordagem qualitativa. Nessa concepção de pesquisa, o foco não é a quantidade, mas a compreensão particular e geral do fenômeno estudado e a qualidade dos resultados da pesquisa.

Conforme Richardson (1999, p. 102):

o objetivo fundamental da pesquisa qualitativa não reside na produção de opiniões representativas e objetivamente mensuráveis de um grupo; está no aprofundamento da compreensão de um fenômeno social por meio de entrevistas em profundidade e análises qualitativas da consciência articulada dos atores envolvidos no fenômeno.

Nessa configuração, os pesquisadores, através dessa metodologia, procuram apontar o porquê dos fatos, sem quantificar os valores e sem submeter os dados a testes, mais ainda, apresentando dados seguros e bem observados, constitui-se assim de uma pesquisa qualitativa.

Dessa forma, é possível afirmar que o modelo qualitativo com cunho descritivo apresentado é o mais viável, já que se pretende descrever a prática da inclusão segundo as leis nacionais e internacionais, uma vez que se baseia na premissa de que as práticas podem ser aperfeiçoadas por meio de descrição e análise de ressalvas objetivas e diretas.

Godoy (1995, p. 21) pondera que, “[...] os documentos normalmente são considerados importantes fontes de dados para outros tipos de estudos qualitativos, merecendo, portanto, atenção especial”. Sendo assim, entendemos que, para qualquer tipo de pesquisa é necessário inicialmente o estudo bibliográfico para ter um conhecimento teórico acerca do tema que se pretende estudar.

Logo, optou-se pela pesquisa descritiva, visto que, objetiva-se a descrição do fenômeno da inclusão das pessoas com deficiência no âmbito escolar, não somente pelos profissionais da área, mas, por toda sociedade, abordando assim, uma problemática de forma qualitativa.

Esta é uma investigação exploratória e de campo, na intenção de obter resultados a partir da coleta de dados. Podemos dizer que o mesmo trata-se de um estudo empírico, mas amparado em um referencial teórico. “Assim, num movimento contínuo da teoria para os dados, e vice-versa, as categorias vão se tornando cada vez mais claras e apropriadas aos propósitos do estudo” (GODOY, 1995, p. 24).

Os instrumentos de coleta de dados serão um questionário tendo em vista que “para tanto, o pesquisador vai a campo buscando 'captar' o fenômeno em estudo a partir da perspectiva das pessoas nele envolvidas, considerando todos os pontos de vista relevantes” (GODOY, 1995, p. 21).

No entanto, como as formas da pesquisa qualitativa, faz-se necessário também introduzir essa perspectiva, onde os dados são coletados e analisados, sendo esta característica básica para que se entendam a dinâmica do fenômeno e encontrem proeminências sobre um acontecimento pouco conhecido, seu objetivo não tem a pretensão de resolver um problema, mais evidenciá-lo em suas distintas nuances.

### **2.3.1 Os docentes da Escola José Targino Maranhão como sujeitos do estudo**

Os sujeitos que responderam o questionário foram os docentes da Escola Municipal de Ensino Fundamental José Targino Maranhão, que atendem a cidade de Araruna-PB. Foram 5 (cinco) professores, os quais trabalham em turmas dos Anos Iniciais

do Ensino Fundamental (1º ao 2º ano). Os professores foram observados quando se aplicou um questionário como instrumento de coleta de dados.

Os critérios de busca e escolha dos participantes foram devido à relação de trabalho, em uma perspectiva de aplicação à realidade das crianças com deficiência, que são acolhidas no cotidiano escolar. É de extrema necessidade que o docente perceba sua importância no processo de inclusão e igualdade social, pois o desenvolvimento do aluno com deficiência dependerá, principalmente, de suas reflexões e questionamentos.

### **2.3.2 Os instrumentos e procedimentos para coleta de dados**

Durante a aplicação do questionário com os participantes do estudo, fez-se necessário um contato preliminar com a instituição. Este trabalho se utilizou de uma entrevista estruturada, construída a partir dos objetivos específicos, pois, conforme Brennan e Bezerra (2009, p. 190), “as entrevistas estruturadas utilizam como instrumento um questionário pré-categorizado”. Dessa forma, servimo-nos de um questionário para os professores apreciarem mais especificamente a realidade de inclusão nesse cotidiano escolar.

O questionário foi construído com perguntas abertas que permitem respostas mais variadas e fechadas que facilitam na análise de dados. Foi aplicado com os professores do turno da manhã da referida instituição de ensino, garantindo-lhes o total anonimato, discrição, segurança e confidencialidade das informações dos docentes questionados.

Alguns dados que contribuíram para o trabalho foram: levantar o número da população escolar; dos alunos com deficiência; identificar as deficiências mais comuns dentro da referida instituição de ensino; verificar a qualidade da capacitação dos educadores; dentre outros. Durante o período em que o instrumento fora aplicado, fez-se necessário identificar também o grau de familiaridade com a perspectiva da Educação Inclusiva e a modalidade da Educação Especial.

Os procedimentos para a coleta dos dados foram feitos individualmente, dando um prazo considerável e pré-determinado para o docente responder e entregar o material. Consta ainda como parte integrante deste trabalho o instrumento completo, que pode ser observado no apêndice desta monografia.

### 3 PRÁTICAS INCLUSIVAS DOS DOCENTES NA ESCOLA JOSÉ TARGINO MARANHÃO

Neste capítulo, evidenciamos a Escola Municipal de Ensino Fundamental José Targino Maranhão como lócus de estudo e o pensar dos professores sobre a relação entre Educação Inclusiva e suas próprias práticas educativas, contextualizadas nos preceitos que a regem. Além disso, analisamos as respostas desses profissionais para compreender e também identificar o que revelam em termos de formação, de dificuldades cotidianas e de concepções a respeito da pessoa com deficiência no contexto da Educação Inclusiva.

#### 3.1 A ESCOLA MUNICIPAL JOSÉ TARGINO MARANHÃO COMO LÓCUS DO ESTUDO

Este estudo ocorreu em uma escola pública de Ensino Fundamental, na cidade de Araruna/PB<sup>3</sup>. É um município situado na microrregião do Curimataú Oriental do Agreste Paraibano, distante 165 quilômetros da capital paraibana, conhecida por seu clima ameno, possuindo um índice populacional em 2018, de acordo com o IBGE, de pouco mais de 20 mil habitantes<sup>4</sup>.

Conversando com uma historiadora que faz parte do corpo administrativo da referida escola, ficamos cientes que a história de Araruna começou entre 1830 e 1840, quando Feliciano Soares do Nascimento erigiu uma capela em louvor a Nossa Senhora da Conceição. Em torno da capela surgiram as primeiras casas que deram origem ao povoado, sendo duas filas de casas paralelas (ainda encontram-se no local), deixam no meio um largo, o famoso “Largo da Igrejinha”, que compôs a primeira rua do povoado. No lugar havia um cruzeiro, em 1966 foi construído um parque infantil, e mais tarde, na década de 90, uma escola municipal, que descaracterizou o marco inicial da urbanização, a visão mais definidora da geografia humana de Araruna<sup>5</sup>.

Em 1977, foi aberta a escola, a qual se escolheu para ser o lócus deste estudo. A Escola José Targino Maranhão foi assim nomeada em homenagem a um empresário e político local, que, posteriormente, na década de 1990 viria a ser governador do estado da Paraíba e depois acumular alguns mandatos como senador. A escola fica situada na Praça Feliciano Soares. Atualmente, a escola apresenta uma boa estrutura e conta com cinco salas

---

3 Do tupi Arara Preta.

4 Fonte: <<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/pb/araruna/panorama>>. Acesso: 23 de mai de 2019.

5 Para saber mais acesse: <<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/pb/araruna/historico>>. Acesso: 23 de mai de 2019.

de aulas, sala da diretoria, cozinha, almoxarifado, pátio descoberto, banheiros adequados à pessoa com deficiência ou mobilidade reduzida, dependências e vias adequadas.

Dispõe dos seguintes equipamentos: uma TV, um aparelho de som, uma impressora, uma máquina fotográfica/filmadora, um computador para uso exclusivo da secretaria e, também, dos professores. Com relação aos recursos didático-pedagógicos que são utilizados pelos docentes, possuem livros didáticos e paradidáticos. A escola dispõe também de cartolinas, colas, tesouras, tintas, lápis piloto, emborrachado, dentre outros, quando os professores necessitam para a realização de atividades com os alunos.

A referida instituição funciona em dois turnos com o total de 174 alunos. No turno matutino, funcionam 4 turmas do primeiro ao segundo ano; no vespertino, 5 turmas também do primeiro ao segundo ano do Ensino Fundamental. A Instituição nos últimos anos sofreu a troca de direção, de no mínimo, 3 vezes. No momento ainda encontra-se sem gestor, conta com a disponibilidade de um coordenador pedagógico e uma secretária. No que se refere à equipe de professores, compõe-se de 11 professoras, sendo 9 titulares e 2 de apoio para as crianças com deficiência. Em sua maioria, são pedagogos, destes, uma tem apenas o Curso de Magistério. Alguns com especialização, mas, todas na área de educação. Grande parte é efetiva, através de Concurso Público. Já o corpo técnico de apoio é composto por dois porteiros e três auxiliares de serviços gerais.

Infelizmente, não tive acesso ao Projeto Político Pedagógico – PPP da escola. Justificaram não saber a localização do documento, devido a troca de 3 gestoras nos últimos anos. A coordenação alegou que o projeto provavelmente foi extraviado. Informalmente os funcionários mais antigos afirmam que ele data de 2008. Foi possível detectar ainda que a escola o construiu de forma coletiva, com coordenação efetiva sob a responsabilidade da direção e da supervisão escolar da época.

Verificou-se que a escola desenvolve um trabalho em equipe, prezando sempre pelas necessidades de aprendizagem. Constatou-se também que, todos desconhecem a existência de uma proposta pedagógica que trate sobre as dificuldades dos alunos com deficiência no PPP. Com relação aos professores que fizeram parte deste estudo, foram denominados de A, B, C, D e E, para manter o sigilo.

A professora (A) possui Licenciatura em Pedagogia, com Especialização em Gestão Escolar, leciona há 31 anos, atualmente, é professora de apoio numa das turmas do 2º ano, de uma menina com síndrome de down; a professora (B) possui Licenciatura em Pedagogia, também com Especialização em Gestão Escolar, atua no meio educacional há 16 anos, leciona na turma do 1º ano com 22 alunos; a professora (C) possui Licenciatura

em Pedagogia, com Especialização em Psicopedagogia Institucional e Clínica. Já atua como educadora há 30 anos, leciona na turma do 2º ano, tem 19 alunos, entre eles uma aluna com deficiência; a professora (D) possui Licenciatura em Pedagogia, com Especialização na área da Educação, leciona há 21 anos. Leciona na turma do 2º ano com 20 alunos; a professora (E) possui Licenciatura em Pedagogia e Especialização em Educação Básica, atua há 19 anos, atualmente, ministra aulas no 1º ano com um total de 19 alunos.

### 3.2 O PENSAR DOS PROFESSORES SOBRE A RELAÇÃO ENTRE EDUCAÇÃO INCLUSIVA E SUAS PRÓPRIAS PRÁTICAS

Durante o período em que a pesquisa foi realizada, se fez necessária à observação na tentativa de identificar, na escola campo, o grau de familiaridade com a Educação Inclusiva e a qualidade da capacitação dos educadores nessa perspectiva inclusiva e igualitária na comunidade discente.

A equipe de educadores é formada por 11 profissionais, sendo 9 titulares e 2 acompanhantes de crianças com deficiência. Foi feita a amostragem com os professores do turno da manhã. Os participantes somam no total 5 docentes, dos que responderam ao questionário, todas são mulheres, entre 36 e 60 anos, e com uma experiência profissional entre 16 a 31 anos. Lecionam do 1º ao 2º ano do Ensino Fundamental, com graduação em Pedagogia, Especialização nas áreas de Psicopedagogia, Educação Básica e Gestão Educacional. Em cada sala de aula há uma média de 20 alunos matriculados.

Nesse contexto, apresentamos a análise dos dados, nomeando professores como A, B, C, D e E para manter os nomes em sigilo. Para compreendermos as práticas desses docentes no que tange à Educação Inclusiva é importante considerar as respostas desses profissionais. Pois aqui se podem compreender as concepções que orientam essas práticas e também identificar o que revelam acerca desse modelo educacional.

A seguir, explicitamos a maneira como as conversas foram conduzidas, intermediadas pelas questões postas:

De acordo com seu entendimento, o que é Educação Inclusiva?

Indagados sobre o entendimento acerca da Educação Inclusiva, pois consideramos crucial averiguar se os professores desta escola tem uma ideia clara e objetiva sobre quem

são as pessoas que estão excluídas, e, ainda, se os mesmos trabalham com elas em sala de aula. Os professores responderam da seguinte maneira:

O professor (A), a educação inclusiva atende crianças que precisa de acompanhamento especializado, com profissionais com formação em psicopedagogia, psicólogos, assistência social, etc.

O professor (B), a educação inclusiva dá oportunidade para incluir o público com necessidade de atenção especial.

O professor (C), a educação inclusiva atende crianças que precisam de profissionais da área como psicólogos, fonoaudiólogos, etc.

O professor (D) a educação inclusiva inclui pessoas no ambiente escolar e prepara para convívio social.

Já o professor (E), a educação inclusiva dá prioridade para o público com necessidade de atenção especial.

Considerando a perspectiva da Educação Inclusiva, e de acordo com o que discutimos no segundo capítulo, a Declaração de Salamanca adverte que escolas regulares, com orientação inclusiva, constituem os elementos mais ativos de combater atitudes discriminatórias. Nesse sentido, “[...] escolas deveriam acomodar todas as crianças independentemente de suas condições físicas, intelectuais, sociais, emocionais, linguísticas ou outras” (1994, p.10). Então, os docentes aqui apresentam uma compreensão limitada do conceito de inclusão escolar, pois eles consideram que a educação inclusiva prioriza um público específico, adequada para atender apenas a pessoa com deficiência. O ponto negativo é que a maioria pensa em atender uma classe peculiar de alunos.

Contudo, enfatizamos a fala do professor D, que afirma que a Educação Inclusiva deveria ser voltada a incluir pessoas de um modo geral no ambiente escolar e prepará-las para a convivência social. Nesse sentido, consideramos esse um entendimento importante e relevante, visto que “[...] gradativamente as sociedades democráticas vêm divulgando, discutindo e defendendo a inclusão como direito de todos em relação aos diversos espaços sociais” (MAZZOTA; D’ANTINO, 2011, p. 378).

Isso significa situar à educação dentro de uma perspectiva muito mais abrangente, uma vez que “incluir todos” significa incluir surdos, cegos, deficientes físicos, negros, índios, brancos, pobres e outros que deveriam ter acesso às políticas públicas atuais que garantem a educação para todos, como princípio para a formação do cidadão brasileiro com direitos e deveres. Essa ideia tem sustentação na Constituição Federal de 1988 ao afirmar que a educação é um direito de todos e dever do Estado.

A Educação Inclusiva é a Educação Especial dentro da escola regular com a finalidade de admitir a convivência e a integração social dos alunos com deficiência, beneficiando a diversidade. Todavia, seria necessário, nessa questão, encontrar consenso na fala dos professores, já que todos como apoiadores da proposta de Educação Inclusiva deveriam conhecer sua abrangência como elemento constitutivo de seu conceito.

Como tem sido sua experiência profissional com Educação Inclusiva? Você já teve algum aluno com deficiência? Quais os tipos?

Para efeito deste estudo é determinante observar a relação que os professores dessa escola tem para com a pessoa com deficiência, e ainda, se os mesmos trabalham com elas em sala de aula. Nesse sentido, quando perguntado e abordado sobre a condição de professor, se já teve ou tem algum aluno que seja pessoa com deficiência (auditiva, visual, intelectual, física ou múltipla), com distúrbios de aprendizagem ou com altas habilidades (superdotados), de um total de cinco professores, dois responderam que já tiveram alunos com deficiência, enquanto os outros três professores, A, C e E, atualmente, trabalham com alunos nessas determinadas condições.

Diante do exposto e pelas respostas obtidas, observa-se que os participantes tem experiência com alunos com deficiências, quer física ou mental. Isso pode ser positivo, já que todos os professores têm ou já tiveram algum aluno com deficiência, o que evidencia que há uma tentativa de inclusão nessa escola.

A partir das respostas podemos decodificar que existe uma pretensão por inclusão, porém, não obrigatoriamente que ela esteja sendo executada de modo adequado, apropriado ou assertivo, visto que, os fundamentos teórico-metodológicos da inclusão escolar concentram-se numa concepção de educação de qualidade e no respeito à diversidade. De acordo com de Blanco *et al.* (2005), para que as instituições sejam genuinamente inclusivas, há que se reverter o modo de pensar do professor, especialmente os que atuam no Ensino Fundamental. Esse exercício deve ser uma experiência concretizada em todo o ambiente escolar, necessitando de desenvolvimento continuado, que pressupõe a existência de um padrão focado no direito à diferença, à pluralidade e aos princípios da dignidade humana.

Na sequência, quando perguntados sobre quais tipos de deficiências são encontradas entre os alunos dessa escola, é primordial relacionar os tipos de deficiência, visto que deste modo pode-se tomar as devidas providências para o melhor atendimento das especialidades mais comuns.

Ficou evidente que a maior incidência é de autismo, seguido de Síndrome de Down. Quando não identificaram de imediato, recorreram às fichas dos alunos onde são auxiliados pelo diagnóstico do laudo médico. Daí a necessidade de todo um conjunto de profissionais que atue em sintonia. Apenas um dos professores (D) disse desconhecer e não foi mencionado nenhum caso. O profissional justificou que não atende/trabalha com esse público, nesse ano letivo especificamente.

Depois de considerar os fenômenos, compreende-se que existem tipos específicos de deficiências mais encontrados na escola. O professor, como profissional, deve se empenhar nas especificidades do aluno. Ao compreender os problemas existentes, busca conhecimentos específicos nessa demanda. O docente com esse entendimento trabalha no sentido de favorecer as condições para aprendizagens significativas e contextualizadas com interesses e vontades dos alunos. Nessa direção,

[...] a inclusão escolar impõe a abertura de novas frentes de trabalho especializado, mas só conseguem percebê-las e encontrá-las os que conseguem se desvencilhar das amarras do passado e vislumbrar o futuro, como tempo de novos desafios, conquistas, mudanças de toda ordem (BLANCO *et al.* 2005, p.97).

É imprescindível que o professor reflita sobre o seu papel no processo de inclusão e igualdade social, o desenvolvimento do aluno com deficiência estará atrelado ao futuro desempenho do processo de ensino e aprendizagem, que deve ser desafiador, propício a conquistas e transformações.

Quais as principais dificuldades que você percebe/sente para incluir o aluno com deficiência no cotidiano escolar?

Quando indagados, a propósito das dificuldades identificadas para incluir os alunos com deficiências no cotidiano escolar, advertindo que as informações dadas são indispensáveis para salientar as disparidades e problemas incididos na educação inclusiva, são múltiplas as dificuldades mencionadas:

O professor (A) falta à colaboração/apoio familiar e negligência dos responsáveis, o que leva à falta do laudo médico, em alguns casos; o professor (B) falta um cuidador/auxiliar capacitado e preparado; o professor (C) falta estrutura física adequada na escola e os recursos são limitados; o professor (E) a dificuldade está na aprendizagem do aluno; o professor (D) não identifiquei nenhuma dificuldade, por que não atendo/trabalho com esse público no ano em curso.

Com essas respostas, entende-se que há dificuldades diversas, desde a carência da ajuda profissional em áreas específicas, o que perpetua perceber que mesmo que exista na instituição escolar alguém para atender à pessoa com deficiência, a mesma não está qualificada. A indicação nesse município ainda é política, mesmo existindo no quadro dos funcionários psicopedagogos que melhor atenderiam a essa demanda. Os problemas incluem também a questão da estrutura física inadequada e limitações nos recursos didáticos e pedagógicos, talvez, isso explique a dificuldade na aprendizagem do aluno, mencionada por outro professor. Nessa linha de raciocínio,

a inclusão escolar implica mudança paradigmática, ou seja, uma nova concepção de homem, de mundo, de conhecimento, de sociedade, de educação e de escola, pautada na heterogeneidade, na não dualidade, na não fragmentação, nas diferenças multiculturais e no que existe de original e singular nos seres humanos (BLANCO *et al* 2005, p. 94).

Sendo assim, é indispensável que o professor compreenda que o acolhimento de alunos com deficiência precisa de interferências pedagógicas, com metodologias e técnicas de ensino adaptadas às especificidades, peculiaridades, singularidades, particularidades e individualidades do educando, como também, os perfis, as propriedades biopsicossociais e as faixas etárias que se ajustarão em princípios éticos, políticos, estéticos e legais dos direitos humanos.

Na fala do professor A, é pertinente ainda destacar dificuldades com a resistência da família. Ressalta-se que é determinante e essencial a ajuda de todos os envolvidos, especialmente, dos familiares para a aprendizagem de um aluno com deficiência ou não. Além disso, é razoável assegurar que os professores não se sintam confiantes para trabalhar com crianças com deficiência. Os mesmos precisam de capacitação e do apoio de profissionais especializados para ajudar/auxiliar nas intervenções como uma equipe multifuncional.

Não é suficiente apenas a matrícula de alunos com deficiência nas classes regulares. É necessário condições para a operacionalização desse projeto de inclusão, que venha garantir a todos o acesso à aprendizagem por meio de todas as possibilidades de desenvolvimento a que a escolarização oferece. É indispensável que o professor, ao perceber sua importância no processo de inclusão, colabore com o desenvolvimento do aluno, devendo ter um olhar meticuloso às habilidades e à inteligência dos alunos, sobretudo, àqueles que manifestam alguma deficiência.

Que estratégias você utiliza/desenvolve, no âmbito de sua prática, no sentido de enfrentar as dificuldades relatadas?

Quando questionados sobre as estratégias utilizadas e desenvolvidas para a adaptação dos alunos com deficiência na escola, a saber, muito importante para conhecer a prática dos professores na busca de estratégias para sanar as dificuldades do cotidiano escolar. Os professores replicaram assim:

O professor (A) citou a falta de laudo. Disse encaminhar os pais para profissionais especializados, haja vista, o Município oferecer esse suporte técnico; o Professor (B) apontou ausência de um cuidador preparado para mediar à falta de formação adequada. Disse que é empregada uma metodologia diferenciada que atenda individualmente essa demanda; o professor (C) assinalou a limitação nos recursos disponíveis. Disse que para diminuir as dificuldades, como a falta de material apropriado, é feito o uso de sucata na criação de brinquedos educativos e material de apoio; o professor (E) apontou a dificuldade de aprendizagem do aluno. Afirma que para o problema de aprendizagem, a estratégia é fazer planejamentos e contar com o aconselhamento e acompanhamento de profissionais especializados; e o professor (D) diz não ter identificado nenhuma dificuldade, e não mencionou estratégias por que não está atendendo esse público.

Percebeu-se que mesmo diante das mais improváveis e variadas dificuldades, os profissionais mesmo não sendo especialistas em Educação Inclusiva, nessa instituição, respondem com novas propostas, que demonstram a capacidade de mobilização. Pondo fim a todos os argumentos, quando pretendem justificar a incapacidade na prática pedagógica e alegam não estarem preparados para atender a essa demanda. Mesmo diante de tantas dificuldades, eles se esforçam e buscam soluções, fazendo jus ao que todo e qualquer aluno merece, uma escola capaz de oferecer-lhes condições de aprender, pois a simples convivência com as diferenças valoriza o que consegue entender do mundo e de si mesmo.

Assim, concordamos com o estudo de Blanco *et al.* (2005, p. 19), ao afirmar que “[...] o professor que não é capaz de flexibilizar objetivos e planejar com certo nível de individualização não consegue trabalhar com as classes heterogêneas que historicamente constituíram o campo de atuação da educação escolar”. Um dos aspectos postos nessa heterogeneidade é justamente a presença da pessoa com deficiência. Nesse sentido, à Educação Inclusiva cabe a tarefa de contribuir para a criação de um ambiente escolar que tome a heterogeneidade como pressuposto central de suas ações.

Pensando dessa forma, Blanco *et al.* (2005, p. 13) ainda acrescenta que “[...] a resposta à diversidade implica a utilização de uma ampla variedade de estratégias metodológicas e a adaptação das tarefas de aprendizagem às possibilidades dos alunos”. É possível ainda afirmar com as respostas obtidas, que as abordagens didático-pedagógicas inclusivas e emancipatórias reconduzem os estudantes ditos “diferentes” e, por vezes, excluídos à integração na escola, que oferece condições de aprendizagem e convivência com a diversidade.

Considerando sua experiência docente, fale um pouco sobre as adaptações dos alunos com deficiência na sala de aula e no dia a dia escolar.

Quando averiguado a adaptação dos alunos com deficiência na escola, objetivando saber também sobre o ajustamento e adequação do ambiente às especificidades desses alunos para reconhecer as competências que os alunos em questão têm habitualmente, as respostas foram as seguintes:

Professor A: Falta material próprio, para o sucesso da adaptação.

Professor B: Precária sem professor capacitado e qualificado.

Professor C: Boa parte dos alunos com deficiência adapta-se lentamente. No momento ainda não temos suporte adequado para atender esses alunos.

Professor D: Adaptam-se facilmente as escolas quando sentem-se de fato aceitos. Eles têm acompanhamento no contra turno na sala AEE e profissionais que as ajudam.

Professor E: Acredito que a escola procura atender de forma coerente mesmo o espaço não sendo apropriado para atender as necessidades educativas, a adaptação é particular do indivíduo.

De acordo com as respostas obtidas, os professores aqui discordam. Se por um lado uns afirmam que no momento não há suporte adequado, falta estrutura, o material é impróprio e precário; por outro, os alunos conseguem se adaptar bem à escola, mesmo que lentamente; outros consideram fácil, mas ponderam que é muito particular todo o processo, pois por mais severo que seja o comprometimento intelectual do indivíduo, a capacidade de aprender é intrínseca.

No mais, entende-se que os alunos quando são acolhidos na escola, e, principalmente, quando aceitos pelos colegas, de forma satisfatória, há auxílio na adaptação. Diante do acolhimento, os alunos se adaptam com facilidade, ocasionando uma

integração com seus pares e com os agentes envolvidos. Na participação em brincadeiras, estão sempre interagindo com os outros alunos.

Assim, como aponta o estudo de Blanco *et al.* (2005, p. 100) “o tratamento dispensado a esses alunos até então, objetivou a sua adaptação e tentativa de normalização da deficiência para alcançar a integração e permitir o convívio social”. Nas respostas dos professores A, B, C e E, percebe-se uma negativa, mas, ainda de acordo com as respostas dessa questão, é válido destacar a fala do professor D, quando diz que as crianças com algum tipo de deficiência são acompanhadas em uma sala de Atendimento Educacional Especializado (AEE). A escola oferece a ajuda de profissional exclusivo, assim a instituição acolhe os alunos com deficiência e concretiza as adaptações indispensáveis para garantir o direito à educação na sua totalidade.

Corroborando com a informação acima, é sabido que nessas salas multifuncionais, o trabalho é desenvolvido por meio de um educador que planeja e organiza o trabalho pedagógico a ser desenvolvido. Esse processo ocorre por meio de atividades lúdicas, concretas, com auxílio dos jogos, procurando atender as especificidades de cada criança. Trata-se de um trabalho articulado com os professores, no qual o educador do AEE orienta as atividades a serem desenvolvidas e adaptadas no espaço da sala de aula.

Sobre a proposta de melhoramento na inclusão da pessoa com deficiência, mencionam a formação e, ao longo dela, seja na graduação ou em formações continuadas, para uma preparação específica a fim de atender a pessoa com deficiências. O aluno com deficiência necessita de estratégias didático-pedagógicas diferenciadas para seu pleno desenvolvimento.

O que você propõe para melhorar a inclusão da pessoa com deficiência na atividade escolar?

Quando investigadas as sugestões para melhorar o atendimento e inclusão dos alunos com algum tipo de deficiência, é importante observar com atenção o que os profissionais da área têm a esclarecer, e apontar no progresso da Educação Inclusiva torna-se relevante, sabendo que eles se afligem diariamente para trazer aperfeiçoamentos e estratégias no processo de inclusão.

Professor A: Formação qualificada com cursos de extensão, para garantir o exercício da cidadania dando direitos a todos a uma educação sem discriminação e preconceitos.

Professor B: Que o professor titular tenha o apoio de outro professor especialista em Educação Inclusiva ou na especificidade do aluno.

Professor C: As escolas devem fornecer recursos e capacitação dos professores para que atendam às necessidades específicas desses alunos, com professores preparados e profissionais especializados.

Professor D: Apoio e parceria com uma equipe multifuncional, uma preparação coletiva e dinâmica para dar suporte e assim conseguir de fato incluir esses alunos na sala de aula.

Professor E: Quero mais prática e menos teoria.

Diante dos dados e sugestões de todos os professores, compreende-se que novamente é gerado, entre eles, o anseio pelo apoio mais eficaz de profissionais especializados na área, como médicos, fisioterapeutas, fonoaudiólogos, assistentes sociais, psicólogos e/ou psicopedagogos, de maneira que fica evidente a incerteza dos professores, que não sentem-se aparelhados para atender a alunos com deficiência. Seguido da parte estrutural arquitetônica e material, também é sugerido para melhorar o atendimento às necessidades educativas.

Cabe ressaltar a resposta do professor D, que frisa a importância da equipe multifuncional, pois o professor e até mesmo os familiares, são os principais responsáveis pela educação escolar da criança ou do jovem. Sentem-se receosos diante da nova situação para a qual não se encontram preparados para administrar. Por isso, é tão necessário que se crie uma relação de colaboração e confiança entre a escola e a família, e que haja uma larga comunicação entre ambas.

Um dos objetivos mais importantes da inclusão é estabelecer a igualdade nas relações, de modo que haja respeito mútuo num plano horizontal em que a participação de cada um tenha o mesmo valor que a de todos os outros. As diferenças devem ser entendidas no plano da horizontalidade das relações (SEKKEL; MATOS, 2014, p. 88).

Como já discutimos no segundo capítulo, a inclusão, como um princípio orientador do processo educativo, é imprescindível tanto o comprometimento quanto a valorização de todos os membros da equipe: professores, gestores e demais funcionários. Todos devem agir coletivamente para que a inclusão escolar seja concretizada. Nessa perspectiva, não se delega apenas ao professor, estende-se aos diversos profissionais e no planejamento de ações e programas voltados à temática. Esse conjunto deve estar voltado à promoção de um espaço favorável às práticas educativas independentes de ser o aluno com deficiência ou não.

Quem tem o direito à escolarização, uma educação direcionada à formação completa, sem preconceitos e que reconhece as diferenças, assume o status de cidadão. Para que essa educação aconteça é fundamental a criação de redes de apoio aos educadores com a parceria entre alunos, docentes, gestores escolares, da família e profissionais como os da área de saúde e comissão de apoio à educação inclusiva e social que acompanham as crianças com deficiência.

Como a questão da Educação Inclusiva aparece nos planejamentos e projetos da escola?

Também conversamos a respeito dos planejamentos, sobre como as pessoas com deficiência são incluídas na rotina escolar. As reuniões entre os professores e coordenadores pedagógicos favorecem a troca de experiências e a aprendizagem. Esse deve ser um trabalho conjunto entre a escola, o Atendimento Educacional Especializado (AEE) e o Estado, onde o currículo deve ser adaptado e maleável, de modo a favorecer a aprendizagem do aluno com deficiência. Essa flexibilização abrangem materiais e mobiliários essenciais, além da aquisição de equipamentos específicos, como computadores e softwares determinados, por exemplo.

Diante da questão do planejamento, os professores responderam assim:

Professor A: Sim, Informalmente é discutido com os coordenadores a propósito de atender as diferenças dos alunos.

Professor B: Sim. Aleatoriamente, sentimos a ausência de um planejamento efetivo para atendimento deste público.

Professor C: Raramente. Produzimos atividades diferenciadas para dar suporte às necessidades apresentados.

Professor D: Sim. Em conversas com os demais professores.

Professor E: Sim. Através das plenárias e dos encontros pedagógicos.

Com esses subsídios percebemos que há uma discussão com professores, coordenadores e gestores, em respeito às variadas formas de deficiência. Em consonância, com os professores A, B, C e D encontramos dados parecidos, onde é afirmado mais uma vez que há diálogo sobre o atendimento às pessoas com deficiência, mas sempre informalmente. É importante observar a controvérsia na fala do professor (E), que afirma participar de plenárias e encontros pedagógicos a respeito do assunto.

No que concerne aos projetos para as pessoas com deficiências, julgando que apreciar os projetos da escola é indispensável para alcançar as metas e reconhecer as condições reais da Educação Inclusiva da escola. A maioria concorda que não existe um projeto próprio, apenas conhecem o Atendimento Educacional Especializado (AEE), sala de recursos, onde são atendidas todas as crianças com deficiência do município. Contudo, não há atendimento que priorize Braile ou LIBRAS, por exemplo, tornando-se assim apenas uma iniciativa louvável, porém, isolada, que não contemplam todas as especificidades. Nesse sentido,

[...] a inclusão implica em mudança de paradigma, de conceitos e posições, que fogem às regras tradicionais do jogo educacional. Para que as escolas sejam verdadeiramente inclusivas, ou seja, abertas à diversidade, há que se reverter o modo de pensar, e de fazer educação nas salas de aula, de planejar e de avaliar o ensino e de formar e aperfeiçoar o professor, especialmente os que atuam no ensino fundamental (BLANCO *et al.* 2005, p. 174).

É importante ressaltar que o apoio do Atendimento Educacional Especializado AEE, e os demais projetos, nesse sentido, são realizados no município. Essas salas de recursos multifuncionais funcionam e estão instaladas em escolas municipais das imediações: Escola Marizete Araújo Bezerra, Escola João Moreira e Escola João Alves Torres, atendendo todo o município, inclusive a escola em estudo. Nas salas multifuncionais são atendidos alunos com e sem laudo médico, objetivando o desenvolvimento sócio-psicomotor, inserido-os, socializando-os e integrando-os no processo de ensino aprendizagem, tendo os mesmos a oportunidade de desenvolverem suas habilidades. Há coerência nas respostas quando todos afirmaram que não existe nenhum projeto específico para essa instituição, neste sentido.

Certamente, concordamos em defender a inclusão nas instituições de ensino, que deva incidir em favor de qualquer pessoa, para superação de histórias excludentes, reconhecendo os entraves, as barreiras e as limitações existentes. Não admitir isso é o mesmo que negar os avanços sociais, políticos, culturais e educacionais em busca dos direitos à cidadania.

Diante dos acontecimentos que marcaram a evolução e a condução das políticas de Educação Especial no Brasil, os próximos passos a serem dados para cumprirmos o que reza a Constituição e chegarmos à almejada inclusão escolar estão sendo constantemente barrados por todo tipo de entraves e pressões (BLANCO *et al.* 2005, p. 97).

Durante o momento que estive no campo de pesquisa, como na análise dos dados, percebemos uma variedade de lacunas na rotina dessa instituição escolar, a exemplo da falta de um planejamento voltado à questão, como evidenciam as falas dos docentes. Também sentimos a falta de preparo dos docentes para atender essas diferentes especialidades, o que vem acarretar barreiras no desenvolvimento desses alunos com deficiência. Entretanto, serão levados em consideração, os que sugerem a participação no AEE, pois, com isso, a escola demonstra preocupação no atendimento à pessoa com deficiência.

### 3.3 O AGIR DOS PROFESSORES SOB O OLHAR DA EDUCAÇÃO INCLUSIVA

Para garantir a inclusão escolar de estudantes como surdos e cegos, por exemplo, temos de oferecer o que é específico e o que atende às suas necessidades para acompanhar os demais colegas, no cotidiano escolar. A inclusão escolar, em casos específicos como esses, deve envolver esse aluno em todo este percurso da Educação Infantil aos níveis mais elevados de escolarização. Não podemos perder de vista a garantia do aproveitamento nos meios necessários para vencer suas dificuldades e usufruir dos direitos escolares. Devem ser garantidas as condições de exercício da cidadania, de acordo com os preceitos institucionais de nosso país, pois as escolas sem as devidas adequações tornam-se espaços de exclusão.

Em relação à formação, sendo evidente que este é o maior obstáculo à proposta de inclusão. Os profissionais continuam se preparando para acolher os indivíduos com deficiências, pois acreditam que para reconhecer as possíveis lacunas, é indispensável uma formação continuada e/ou preparação específica para o atendimento e socialização desses alunos, considerados especiais. Sendo dever do Estado fornecer, aos docentes, capacitação e formação continuada, bem como, adaptações e aparelhamentos para o aprendizado desses alunos e que forem necessárias para sua aprendizagem e inclusão.

Percebe-se que os docentes não consideram seu nível de formação adequado para atender a pessoa com deficiência. Ressaltamos mais uma vez que concordamos com Blanco *et al.* (2005, p. 174) quando afirma que: “quando o coletivo encontra saídas para os impasses provocados pelas peculiaridades do aprendizado, geralmente estas soluções geram um ambiente mais propício ao aprendizado de todos os alunos”.

Nesta ocasião, a participação nos institutos de formação parece ser acentuada, onde a habilitação dos professores faz-se indispensável para que os docentes sejam instrumentalizados com finalidade de acolher os alunos com suas particularidades. Entende-se a necessidade da capacitação, visando aprimorar a condição da educação atual.

Diante desse quadro, a partir das políticas educacionais, a análise sobre os dados coletados e a observação da escola campo sugerem que os professores participantes do questionário não acreditam que estejam promovendo, de fato, a Educação Inclusiva nessa escola. Eles justificam que a forma como estar colocada à política, não contribui tanto com uma Educação Inclusiva de qualidade. O ponto negativo é que eles justificam não haver quantidade necessária de profissionais com capacitação para atender ao público alvo, onde o único psicopedagogo dá suporte a todo o município, e sua participação não supre a demanda.

Quando se leva em consideração a justificativa da maioria dos professores, de acordo com Blanco *et al.* (2005, p. 58) “a implementação de políticas no campo da saúde, do lazer, da educação, entre outros, que favoreçam a inclusão escolar de alunos com necessidades educacionais especiais é urgente e necessária”. Apesar da multiplicidade de deficiências que fazem parte da rotina escolar dessa instituição, especificamente, é sentido o despreparo para atender essas diferentes especificidades, o que vem ocasionar um impedimento ou obstáculo ao desenvolvimento individual e particular desses sujeitos, tirando o direito à educação na sua totalidade.

Em relação à aprendizagem e rendimento escolar, existe uma tímida discussão na escola quanto à aprendizagem desses alunos, porém, nisto avalia-se superficialmente como os professores dessa escola percebem o rendimento desses alunos. Se por um lado os professores consideram que o processo está vinculado às condições de trabalho, que são precárias, contudo, eles conseguem desenvolver algumas competências e há uma manifestação de aprendizagem através da socialização e interação com seus pares que se desenvolvem aos poucos. O avanço é muito lento, porém produtivo e significativo.

Outros ainda consideram uma utopia, pois acham que deveriam ter habilidades específicas. Muito tempo disponível com a criança, e isso, muitas vezes, não é possível quando a sala está lotada e é cobrado com insistência o cumprimento do cronograma nos conteúdos, pois o rendimento de uma criança com deficiência não terá o mesmo ritmo de uma dita ou considerada normal. Até porque esse ritmo é individual e a deficiência não é a única variável. Pois,

Incluir não é simplesmente inserir uma pessoa na sua comunidade e nos ambientes destinados à sua educação, saúde, lazer, trabalho. Incluir implica em acolher a todos os membros de um dado grupo, independentemente de suas peculiaridades; é considerar que as pessoas são seres únicos, diferentes uns dos outros e, portanto, sem condições de serem categorizados (BLANCO *et al.* 2005, p. 175).

Dessa forma, é importante observar que no agir, a maioria dos professores acreditam na Educação Inclusiva e, assim, com as estratégias variadas que são empregadas na escola, eles permitem o desenvolvimento nesse processo e igualam as chances de acesso e aprendizagem.

Para efeito de diagnóstico, evidenciou-se que o aluno com deficiência necessita de uma abordagem didático-pedagógica individualizada e diferenciada para seu integral desenvolvimento. São indispensáveis procedimentos especializados e para assegurar uma aprendizagem significativa para os que não possuem as mesmas condições de entendimento e raciocínio.

Em suma, a escola, de modo geral, emprega alguns cuidados básicos e necessários, porém, não tanto quanto deveria, visto a falta de condições para ter um atendimento adequado e com equidade, conforme regem as orientações da legislação em vigor. Embora já exista um esforço acerca do atendimento especializado, a escola não possui um espaço adequado, profissionais capacitados, mobílias e recursos para atender a esse público. Para se trabalhar com base nos princípios da Educação Inclusiva, é relevante considerar as afirmações desses profissionais, pois se pode compreender e também identificar o que esses mesmos revelam acerca desse modelo educacional.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao longo deste trabalho, destacamos a trajetória histórica da Educação Inclusiva no Brasil. Ao fazermos esse exercício percebemos que ela está articulada à perspectiva democrática, consolidada na Constituição Federal de 1988. Essa relação está expressa no direito de todos à educação de qualidade, mais também, a participação na gestão escolar. No final das contas, a Educação Inclusiva, como uma perspectiva, afirma os valores democráticos da diversidade e heterogeneidade sejam elas, físicas, cognitivas ou socioculturais.

Analisamos e refletimos sobre a prática docente na perspectiva da Educação Inclusiva em uma Escola Municipal na cidade de Araruna/PB. Os objetivos específicos foram prescritos para verificar se os professores da instituição estavam habilitados para atender a demanda dos alunos e identificar pontos relevantes da Educação Inclusiva.

Em relação aos resultados, quanto ao trabalho dos professores na escola estudada, pôde-se verificar que, entre os participantes, todos os professores tiveram experiência com alunos com deficiência de natureza física, sensorial, mental e/ou intelectual. Com a análise dos dados obtidos, como destaque positivo, ressaltamos a ocorrência de que todos os professores afirmaram ter, atualmente, ou, ter atendido esses alunos em outros anos letivos. Pôde-se também observar que a escola sugere e indica o atendimento educacional especializado, mesmo sendo uma sala localizada em outra escola municipal. É uma escola assessorada e oferece o atendimento de uma psicopedagoga, vinculada à Rede Municipal de Ensino. Pode-se também afirmar que na Educação Inclusiva, as questões de igualdade e diversidade estão vinculadas, buscando serem colocadas em prática na escola.

Quanto à formação docente na perspectiva da inclusão, os resultados apontam que a maioria dos professores, mesmo sendo graduados e tendo participado de outras formações, ainda demonstram insegurança para atender a esses alunos. Foi possível, também, notar as deficiências que mais ocorrem nessa instituição de ensino, acerca da evolução e adaptação desses alunos e de como os professores lidam com eles no dia-a-dia escolar.

Dessa forma, quanto à nossa problemática, ela pôde ser respondida, já que nas análises ficou claro que a Lei Brasileira de Inclusão e o Estatuto da Pessoa com Deficiência estão sendo implantados na escola, mesmo com as dificuldades evidenciadas.

É possível também encontrar professores desatualizados e hesitantes em relação ao aluno/pessoa com deficiência, mesmo enfrentando desafios gigantescos. As iniciativas e a dedicação dos professores têm possibilitado uma aproximação à inclusão. Analisando se o paradigma da inclusão, associando-o às mudanças que têm sido implementadas no ensino e, em meio, a muitos questionamentos apreciamos os avanços da Educação Inclusiva nessa escola.

## REFERÊNCIAS

BLANCO, R. et Al. **Ensaio Pedagógico: construindo escolas inclusivas**. Brasília: MEC, SEEP, 2005.

BRASIL (Constituição). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado, 1988. Disponível em: <[https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/518231/CF88\\_Livro\\_EC91\\_2016.pdf](https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/518231/CF88_Livro_EC91_2016.pdf)>. Acesso em: 12 out. 2018.

\_\_\_\_\_. **Estatuto da Criança e do Adolescente**: Lei n. 8.069, de 13 de julho de 1990, e legislação correlata [recurso eletrônico]. – 9. ed. – Brasília: Câmara dos Deputados, Edições Câmara, 2010. 207 p. – (Série legislação ; n. 83) Disponível em: <[http://www.crianca.mppr.mp.br/arquivos/File/publi/camara/estatuto\\_crianca\\_adolescente\\_9ed.pdf](http://www.crianca.mppr.mp.br/arquivos/File/publi/camara/estatuto_crianca_adolescente_9ed.pdf)>. Acesso em: 12 out. 2018.

\_\_\_\_\_. **LEI Nº 13.146, DE 6 DE JULHO DE 2015**. Dispõe sobre a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência. Disponível em: <<https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/2015/lei-13146-6-julho-2015-781174-norma-actualizada-pl.pdf>>. Acesso em: 11 out. 2018.

\_\_\_\_\_. Secretaria de Educação Especial. Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva. Brasília, DF, jan. 2008a. [Documento elaborado pelo Grupo de Trabalho nomeado pela **portaria n. 555/2007**, prorrogada pela portaria n. 948/2007, entregue ao ministro da Educação em 7 de janeiro de 2008]. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/politicaeducacional.pdf>>. Acesso em: 02 fev. 2018.

\_\_\_\_\_. Senado Federal. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**: nº 9394/96. Brasília: 1996.

BRENNAND, E. G. de G.; BEZERRA, L. T. S. (orgs). **Trilhas do Aprender**: pedagogia à distância.V.5. João Pessoa: Editora Universitária/UFPB, 2009.

CAMARGO, E. P. de. **Inclusão social, educação inclusiva e educação especial**: enlases e desenlases. Bauru, v. 23, n. 1, p. 1-6, 2017. Disponível em: <[https://www.researchgate.net/publication/314717746\\_Inclusao\\_social\\_educacao\\_inclusiva\\_e\\_educacao\\_especial\\_enlases\\_e\\_desenlases](https://www.researchgate.net/publication/314717746_Inclusao_social_educacao_inclusiva_e_educacao_especial_enlases_e_desenlases)>. Acesso em: 16 abr. 2018.

DECLARAÇÃO DE SALAMANCA: **Sobre Princípios, Políticas e Práticas na Área das Necessidades Educativas Especiais**, Salamanca – Espanha, 1994. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/salamanca.pdf>>. Acesso em: 16 abr. 2018.

GODOY, A. S. **Pesquisa qualitativa: tipos fundamentais**. RAE - Revista de Administração de Empresas, São Paulo, v. 35, n. 3, p. 20-29, 1995. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rae/v35n3/a04v35n3.pdf>>. Acesso em: 12 out. 2018.

KASSAR, M. de C. M. **Educação especial na perspectiva da educação inclusiva: desafios da implantação de uma política nacional.** Educ. rev., Curitiba, n. 41, p. 61-79, Sept. 2011. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/er/n41/05.pdf>>. Acesso em: 20 mai. 2018.

LANNA JUNIOR, M. C. M. (Comp.). **História do Movimento Político das Pessoas com Deficiência no Brasil.** - Brasília: Secretaria de Direitos Humanos. Secretaria Nacional de Promoção dos Direitos da Pessoa com Deficiência, 2010.

MAZZOTA, M. J. da S.; D'ANTINO, M. E. F. **Inclusão social de pessoas com deficiências e necessidades especiais: cultura, educação e lazer.** São Paulo, Saúde Soc. v. 20, n. 2, p. 377-389, 2011. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/sausoc/v20n2/10.pdf> >. Acesso em: 15 abr. 2018.

PAULON, S. M.; FREITAS, L. B. de L.; PINHO, G. S. **Documento subsidiário à política de inclusão.** -Brasília : Ministério da Educação, Secretaria de Educação Especial, p.48. 2005. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/docsubsidiariopoliticadeinclusao.pdf>>. Acesso em: 23 mar. 2019

RICHARDSON, R. J. **Pesquisa social: métodos e técnicas.** São Paulo: Atlas, 1999.

SANTOS, J. dos. **A prática docente na perspectiva histórico-crítica.** In: XVI Semana da Educação, VI Simpósio de Pesquisa e pós-graduação em Educação: desafios atuais para educação. 2015. Disponível em: <<http://www.uel.br/eventos/semanaeducacao/pages/arquivos/ANAIS/ARTIGO/SABERES%20E%20PRATICAS/A%20PRATICA%20DOCENTE%20NA%20PERSPECTIVA%20HISTORICO-CRITICA.pdf>>. Acesso: 28 abr. 2019.

SEKKEL, M. C.; MATOS, L. P. **Educação Inclusiva: formação de atitudes na educação infantil.** Revista Quadrimestral da Associação Brasileira de Psicologia Escolar e Educacional, SP, v. 18, n. 1, p. 87-96, jan./abr. 2014. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/pee/v18n1/v18n1a09.pdf>>. Acesso em: 30 abr. 2019.

SILVA, A. F. da. **A inclusão escolar de alunos com necessidades educacionais especiais: deficiência física / elaboração Adilson Florentino da Silva, Ana de Lourdes Barbosa de Castro, Maria Cristina Mello Castelo Branco.**- Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Especial, 2006.

THOMAZI, Á. R. G.; ASINELLI, Thania Mara Teixeira. **Prática docente: considerações sobre o planejamento das atividades pedagógicas.** Educar, Curitiba, n. 35, p. 181-195, 2009. Editora UFPR. Disponível em: <<https://revistas.ufpr.br/educar/article/view/13614/11123>>. Acesso: 28 abr. 2019.

VAGULA, E. **A formação profissional e a prática docente.** Revista Científica Fac. Lour. Filho, 2005. Disponível em: <[http://www.gestoescolar.diaadia.pr.gov.br/arquivos/File/producoes\\_pde/artigo\\_edilaine\\_vagula.pdf](http://www.gestoescolar.diaadia.pr.gov.br/arquivos/File/producoes_pde/artigo_edilaine_vagula.pdf)>. Acesso em: 28 abr. 2019.

## APÊNDICE

### APÊNDICE I - TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Declaro, por meio deste termo, que concordei em ser entrevistado(a) e participar na pesquisa de campo referente ao projeto de pesquisa intitulado(a): **A PRÁTICA DOCENTE NA PERSPECTIVA DA EDUCAÇÃO INCLUSIVA: um estudo sobre o caso da Escola Municipal de Ensino Fundamental José Targino Maranhão - Araruna/PB** desenvolvida pela pesquisadora Joelma Barbosa de Sousa Pontes, a quem poderei contactar/consultar a qualquer momento que julgar necessário através do telefone nº 9-9935 7515 ou e-mail: alma77barbosa@gmail.com

Afirmo que aceitei participar por minha própria vontade, sem receber qualquer incentivo financeiro ou ter qualquer ônus e com a finalidade exclusiva de colaborar para o sucesso da pesquisa. Fui informado(a) dos objetivos estritamente acadêmicos do estudo, que, em linhas gerais busca investigar processos de formação docente.

Fui também esclarecido (a) de que os usos das informações por mim oferecidas estão submetidos às normas éticas destinadas à pesquisa envolvendo seres humanos, da Comissão Nacional de Ética em Pesquisa (CONEP) do Conselho Nacional de Educação, do Ministério da Educação.

Minha colaboração se fará de forma anônima por meio de questionário. O acesso e a análise dos dados coletados se farão pela pesquisadora. Fui ainda informado(a) de que posso me retirar desse(a) estudo/pesquisa a qualquer momento, sem prejuízo para meu acompanhamento ou sofrer quaisquer sanções ou constrangimentos.

Araruna, \_\_/\_\_/\_\_

Assinatura do (a) participante: \_\_\_\_\_

## APÊNDICE II – QUESTIONÁRIO PARA OS PROFESSORES

UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA  
CENTRO DE EDUCAÇÃO  
CURSO DE LICENCIATURA PLENA EM PEDAGOGIA

A PRÁTICA DOCENTE NA PERSPECTIVA DA EDUCAÇÃO INCLUSIVA um estudo sobre o caso da Escola Municipal de Ensino Fundamental José Targino Maranhão - Araruna/PB

Autora: Joelma Barbosa de Sousa Pontes

Orientador: Marcos Angelus Miranda de Alcantara

Esta é uma pesquisa monográfica e através deste instrumento gostaríamos de sua participação no preenchimento de algumas questões: sócio demográficas e algumas relacionadas à temática da Educação Inclusiva. Não há respostas corretas ou erradas, precisamos apenas da sua sinceridade. Sua identificação não é necessária e preservaremos o anonimato em todo o processo de pesquisa.

### QUESTIONÁRIO PARA PROFESSORES

Dados sócio demográficos:

Idade: \_\_\_\_\_

Orientação sexual: \_\_\_\_\_

Graduação: \_\_\_\_\_

Especialização: ( ) Não ( ) Sim Especificar: \_\_\_\_\_

Tempo de atuação docente: \_\_\_\_\_

Turma que leciona: Série/ano: \_\_\_\_\_ Quantidade de alunos: \_\_\_\_\_

1 De acordo com seu entendimento, o que é Educação Inclusiva?

2 Como tem sido sua experiência profissional com Educação Inclusiva? Você já teve algum aluno com deficiência? Quais os tipos?

3 Quais as principais dificuldades você percebe/sente para incluir o aluno com deficiência no cotidiano escolar?

4 Que estratégias você utiliza/desenvolve, no âmbito de sua prática, no sentido de enfrentar as dificuldades relatadas?

5 Considerando sua experiência docente, fale um pouco sobre as adaptações dos alunos com deficiência na sala de aula e no dia a dia escolar.

6 O que você propõe para melhorar a inclusão da pessoa com deficiência na atividade escolar?

7 Como a questão da Educação Inclusiva aparece nos planejamentos e projetos da escola?

8 Há algo a mais que você gostaria de falar sobre sua prática na Educação Inclusiva?

Agradecemos sua participação!